



CSHG Jive Distressed Allocation III Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado

Julho de 2020

Material de divulgação, nos termos do artigo 22 e seguintes, da Instrução CVM 555, referente à oferta pública de cotas dos seguintes fundos:

(i) CSHG Jive Distressed Allocation III Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado (CNPJ/ME n.º 35.819.274/0001-91) (“Fundo”) [<https://www.credit-suisse.com/br/pt/private-banking/ofertas-publicas.html>]

(ii) Jive Distressed III Onshore Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado (CNPJ/ME n.º 35.819.666/0001-50) (“Fundo Onshore”) [<https://www.modaldtvm.com.br/fundos-administrados-pela-modal-dtvm/>]

(iii) Jive Distressed III Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado (CNPJ/ME n.º 35.819.708/0001-53) (“FIM Consolidador” ou “Fundo Jive III” e, em conjunto com o Fundo e o Fundo Onshore, os “Fundos” ou os “Fundos Jive III”) [<https://www.modaldtvm.com.br/fundos-administrados-pela-modal-dtvm/>]

Este Material de Divulgação não poderá ser copiado, reproduzido, encaminhado ou disponibilizado a quaisquer terceiros, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio e por escrito da Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

Canal de atendimento CSHG: DDG – 0800 558 777 – (www.cshg.com.br/contato)

Canal de atendimento Modal DTVM: fundosespeciais@modal.com.br

Leia os regulamentos dos Fundos (“Regulamentos”) antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os fatores de risco.

1. CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 22, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 555, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ALTERADA (“INSTRUÇÃO CVM 555”), AS PRESENTES OFERTAS FORAM SUBMETIDAS A REGISTRO AUTOMÁTICO NA CVM. CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 119, §9º, E 129, INCISO IV, DA INSTRUÇÃO CVM 555, AS COTAS DOS FUNDOS SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES PROFISSIONAIS, ASSIM DEFINIDOS NA INSTRUÇÃO CVM Nº 539, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013, CONFORME ALTERADA (CONFORME APLICÁVEL, NOS TERMOS DE CADA REGULAMENTO, “INVESTIDOR”).
2. A CONCESSÃO DO REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.
3. Este Material de Divulgação: (i) foi preparado exclusivamente como material de suporte às apresentações para potenciais investidores, relacionadas às ofertas pública de distribuição das cotas dos Fundos aqui previstos, constituídos sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM 555 (“Ofertas”); (ii) não implica, por parte da MODAL DTVM LTDA., CNPJ: 05.389.174/0001-01 (“Intermediário Líder”), na qualidade de instituição intermediária líder das Ofertas, e da CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., CNPJ: 61.809.182/0001-30 (“CSHG” e, em conjunto com o Intermediário Líder, “Coordenadores”), na qualidade de coordenador contratado das Ofertas de cotas do Fundo e do Fundo Onshore, qualquer declaração ou garantia com relação às informações aqui contidas e às expectativas de rendimentos futuros e/ou do valor principal investido, bem como o julgamento sobre a qualidade de cada fundo e de suas cotas; e (iii) não será atualizado, exceto se exigido pelas normas em vigor. Os Coordenadores e seus representantes não se responsabilizam por quaisquer perdas que possam resultar de decisão de investimento, pelo Investidor, tomada com base nas informações contidas neste Material de Divulgação.
4. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. As informações presentes neste material são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes. As cotas objeto de cada Oferta serão registradas na B3. Apenas as cotas do Fundo poderão ser negociadas, entre Investidores, no mercado secundário de bolsa ou balcão organizado.
5. Menções a Jive ou Jive Investments referem-se, conforme o caso, à Jive Asset Gestão de Recursos Ltda, CNPJ: 13.966.641/0001.47 (“Jive Investments”), à Jive Investments Consultoria Ltda., CNPJ: 12.600.032/0001-07 (“Jive Consultoria”), ao Fundo Jive I, ao Fundo Jive II (conforme aqui definidos, na página 5) e/ou a qualquer veículo objeto de investimento por qualquer destas pessoas, ou sob controle comum, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente.
6. Menções a “Ativos *Distressed*”, “Ativos *Distressed* Imobiliários”, “Ativos *Distressed* Creditórios”, “Ativos de Crédito”, “Ativos Oportunistas”, “Ativos Novas Teses”, “Ações e Demandas”, “Precatórios”, “Pré-Precatórios”, “Créditos *Consumer*”, “Créditos *Corporate*” e/ou “Outros Ativos *Distressed* Creditórios”, exceto quando expressamente indicado em contrário neste material, referem-se aos ativos elegíveis à política de investimento dos Fundos, nos termos de seus Regulamentos, de forma que suas definições, seus percentuais de concentração e as demais regras de investimento constam dos Regulamentos. Vide página 32 deste material para um resumo destas informações, que não dispensa a leitura completa dos Regulamentos.
7. Exceto quando expressamente indicado diferentemente neste material, quaisquer informações cuja fonte seja a Jive Investments terão como base a data de 30/06/2020.
8. Inexistirá *rating* para os Fundos ou suas respectivas cotas. Maiores informações e a cópia dos Regulamentos podem ser obtidas nas instituições responsáveis pela distribuição das cotas ou na página da CVM na rede mundial de computadores.
9. ESTE MATERIAL É DE USO EXCLUSIVO DE SEU DESTINATÁRIO. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE MATERIAL CONSTITUEM UM RESUMO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DOS FUNDOS E DAS OFERTAS, AS QUAIS ESTÃO DESCRITAS POR COMPLETO NOS REGULAMENTOS DOS FUNDOS. O INVESTIDOR DEVE LER ATENTAMENTE OS REGULAMENTOS DOS FUNDOS ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”. ADICIONALMENTE, ESTE MATERIAL NÃO SE DESTINA À UTILIZAÇÃO EM VEÍCULOS PÚBLICOS DE COMUNICAÇÃO, TAIS COMO JORNAIS, REVISTAS, RÁDIO, TELEVISÃO OU ESTABELECIMENTOS ABERTOS AO PÚBLICO.
10. Cada um dos Fundos não conta com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Coordenadores e suas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio líquido e, conseqüentemente, do capital investido.
11. INVESTIDORES DEVEM LER ATENTAMENTE OS REGULAMENTOS DOS FUNDOS ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO.
12. O INVESTIMENTO NAS COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO ENVOLVE UMA SÉRIE DE RISCOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS PELOS POTENCIAIS INVESTIDORES. ANTES DE TOMAR UMA DECISÃO DE INVESTIMENTO, OS INVESTIDORES PROFISSIONAIS DEVEM CONSIDERAR CUIDADOSAMENTE, À LUZ DE SUA PRÓPRIA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DE SEUS OBJETIVOS DE INVESTIMENTO, TODAS AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NOS REGULAMENTOS DOS FUNDOS E NESTE MATERIAL. EM PARTICULAR, DEVEM AVALIAR OS “FATORES DE RISCO” PARA QUE ESTEJAM CIENTES DE DETERMINADOS FATORES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS, BEM COMO AS INFORMAÇÕES QUE CONSIDEREM NECESSÁRIAS A RESPEITO DOS FUNDOS.

Agenda

Jive Investments	04
------------------	----

Mercado de Ativos <i>Distressed</i>	07
-------------------------------------	----

Estrutura e Processo de Investimento	15
--------------------------------------	----

Performance	23
-------------	----

Oportunidade de Investimento	27
------------------------------	----

Apêndice	40
----------	----

JIVE INVESTMENTS

Jive Investments

- Plataforma integrada de investimentos em ativos alternativos com foco na originação, aquisição e recuperação de créditos inadimplidos, direitos creditórios, precatórios, imóveis e outros ativos *distressed*
- Fundada em 2010, a Jive já investiu mais de **R\$3 bilhões** em mais de 80 transações com valor de face superior a **R\$13 bilhões**
- Em parceria exclusiva com a CSHG lançou seu primeiro Fundo Jive I¹ (ago/2015) captando **R\$500 milhões** e investindo cerca de **R\$1,2 bilhões**. O Fundo Jive II² captou **R\$1,75 bilhões**³ (mar/18) com aproximadamente **90%** desse montante já investido

¹Jive Distressed Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado, CNPJ: 20.468.380/0001-09 ("Fundo Jive I") – Administrador: Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Regulamento disponível em: <https://www.modaldtvm.com.br/wp-content/uploads/2018/04/2017.12.27-Regulamento-FIM-Consolidador.pdf>. ²CSHG Jive Distressed Allocation II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado, CNPJ: 28.549.930/0001-18 ("Fundo Jive II") – Administrador: Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Regulamento disponível em https://www.modaldtvm.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Regulamento-CSHG-Allocation-II-13.Dez_2017-1.pdf. ³Dos R\$1,75 bilhões captados, R\$1,255 bilhões foram distribuídos com a intermediação da CSHG e o restante com investidores estrangeiros. ⁴*Non-performing loans* ("NPLs").
Fonte: Jive Investments, 2020.

- Cenário macroeconômico apresenta oportunidades de investimento em **empréstimos inadimplidos (NPLs⁴)**, **ativos judiciais e imóveis *distressed***, inclusive de governos e bancos públicos
- Oportunidades de compra de ativos totalizando mais de **R\$3,9 bilhões** de operações em análise



Histórico Jive



2010

Criação da **Jive** para participar do leilão judicial dos ativos do Lehman Brothers no Brasil

Aquisição do portfólio de créditos inadimplidos do Lehman Brothers por 3% do valor de face



Criação dos times de *Real Estate, Middle & Back Offices & Spec Ops*

2011 - 2014

15 investimentos em créditos inadimplidos e imóveis com capital proprietário e rendimentos provenientes do portfólio do Lehman Brothers



2019

Criação do time de **Transformação Digital**



2020

Lançamento do **Fundo Jive III**
Comprometimento de USD 80MM da **IFC**¹

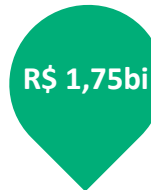


2015

Captação do **Fundo Jive I**

Contratação da **Integration** para redesenho dos processos

2016



2018

Captação do **Fundo Jive II**

Fim do período de investimento e início das amortizações do **Fundo Jive I**



2017

Desenvolvimento de *network* internacional e início da **busca de ativos offshore**

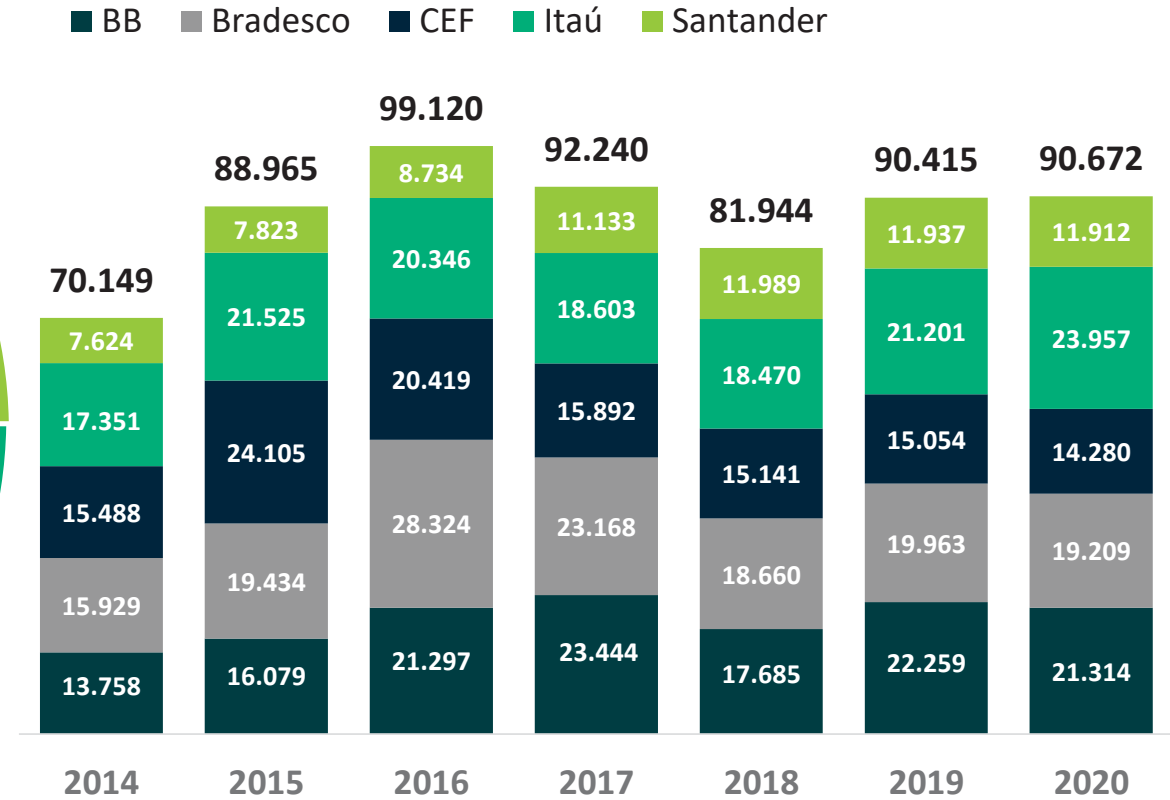
¹ A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento – veja a página 34. Fonte: Jive Investments, 2020.

MERCADO DE ATIVOS *DISTRESSED*

Por que os bancos vendem NPLs?



Volume de NPLs (R\$ MM)

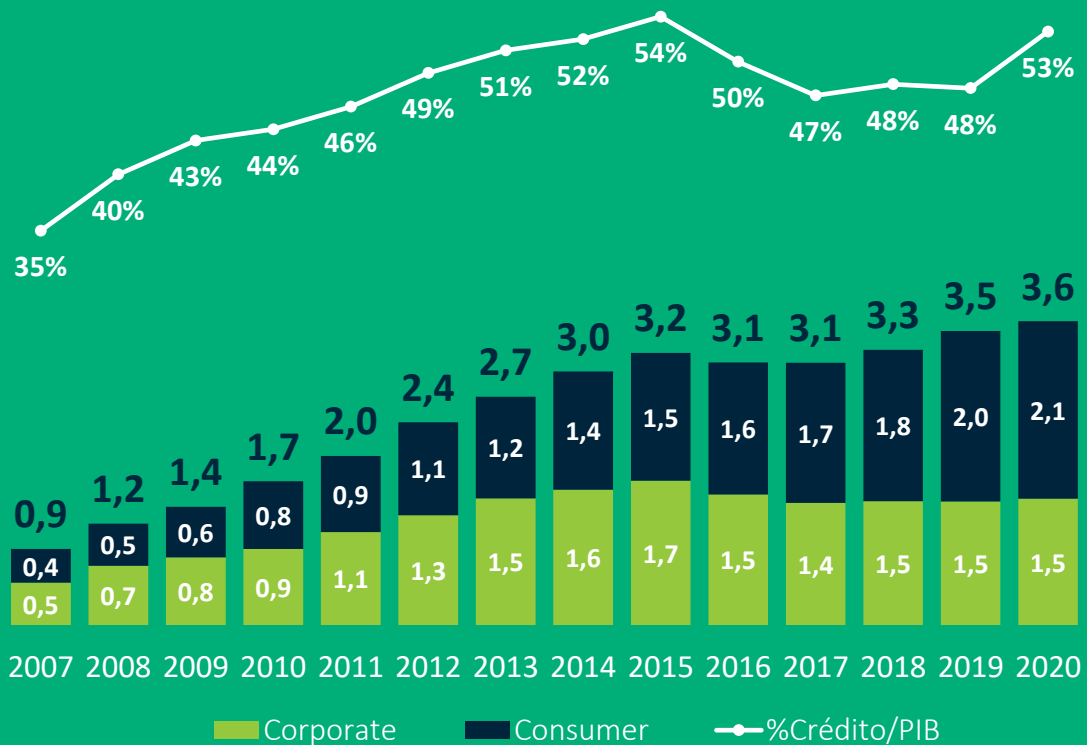


¹Os Acordos de Basileia III referem-se a um conjunto de propostas de reforma da regulamentação bancária. ²IFRS 9 é uma norma internacional de contabilidade. Fontes: balanço patrimonial dos bancos com data-base de 31/12/2014 até 31/03/2020 e Jive Investments, 2020.

Mercado de crédito

Volume de Crédito (R\$ tri)

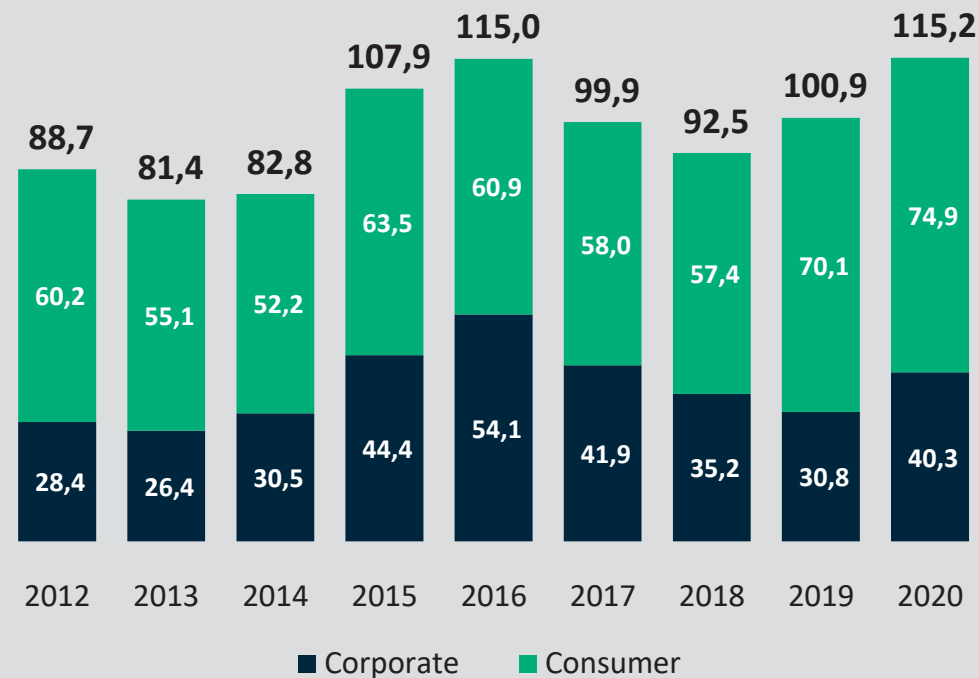
Volume de crédito mostra sinais de melhora no cenário pré-COVID-19...



Corporate são carteiras de créditos atrasados contra empresas de pequeno e médio porte e *Consumer* são carteiras de créditos atrasados contra pessoas físicas e microempresas. Fonte: BACEN em 31/05/2020.

Volume de *NPLs* (90-180 dias, R\$ bi)

*...mas os níveis de *NPLs* permanecem altos*



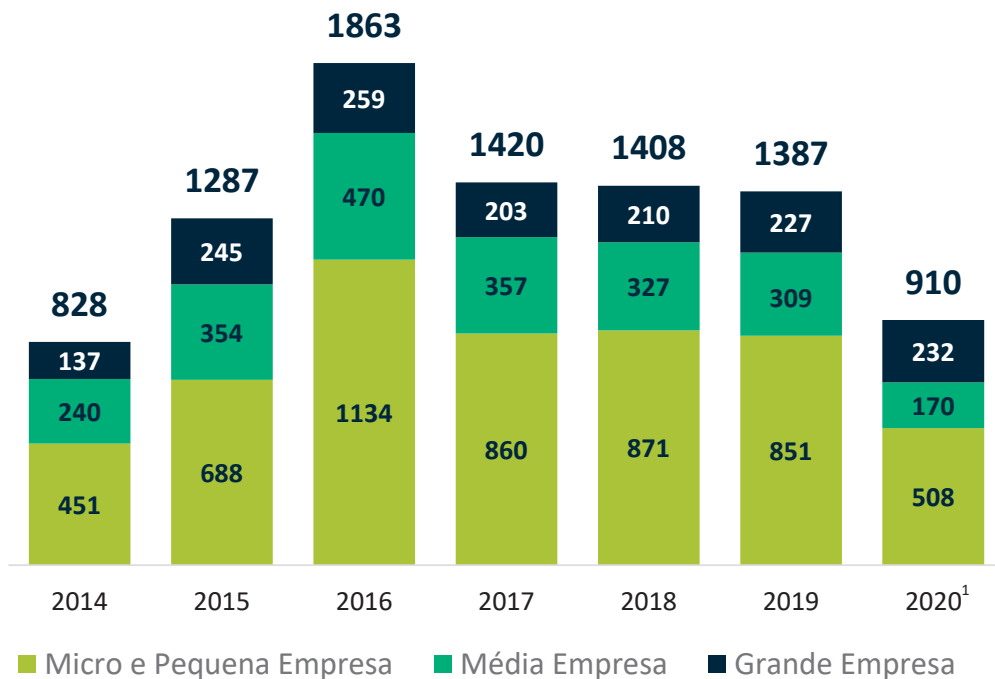
Fonte: BACEN em 26/06/2020.



Efeito da crise no mercado

Número de recuperações judiciais requeridas

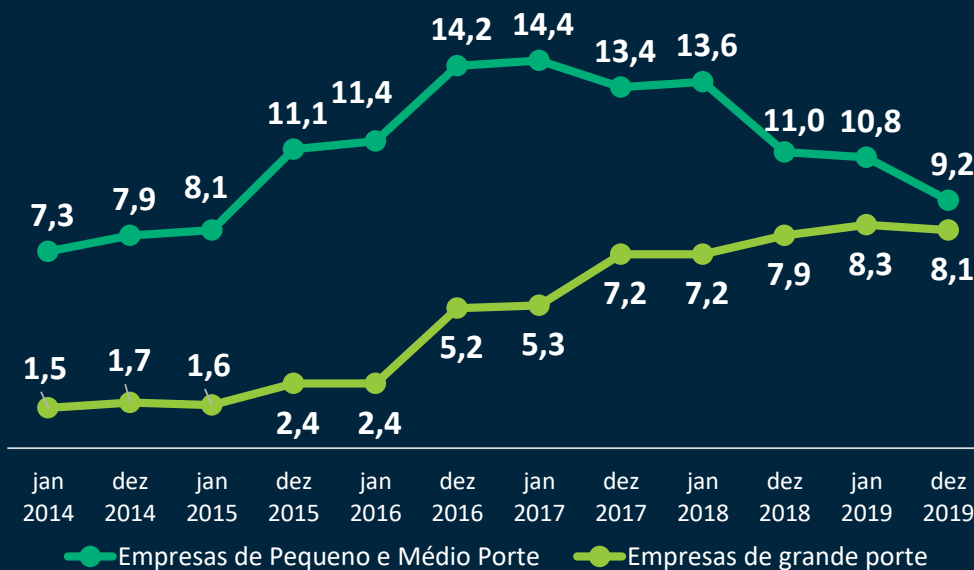
Efeito da crise de 2015 ainda é sentido pelas empresas...



¹Números de janeiro a junho anualizados. Fonte: Serasa Experian em 30/06/2020.

Operações inadimplentes, reestruturadas ou classificadas entre E-H¹ (%)

...e níveis de créditos inadimplidos continuam a refletir isso

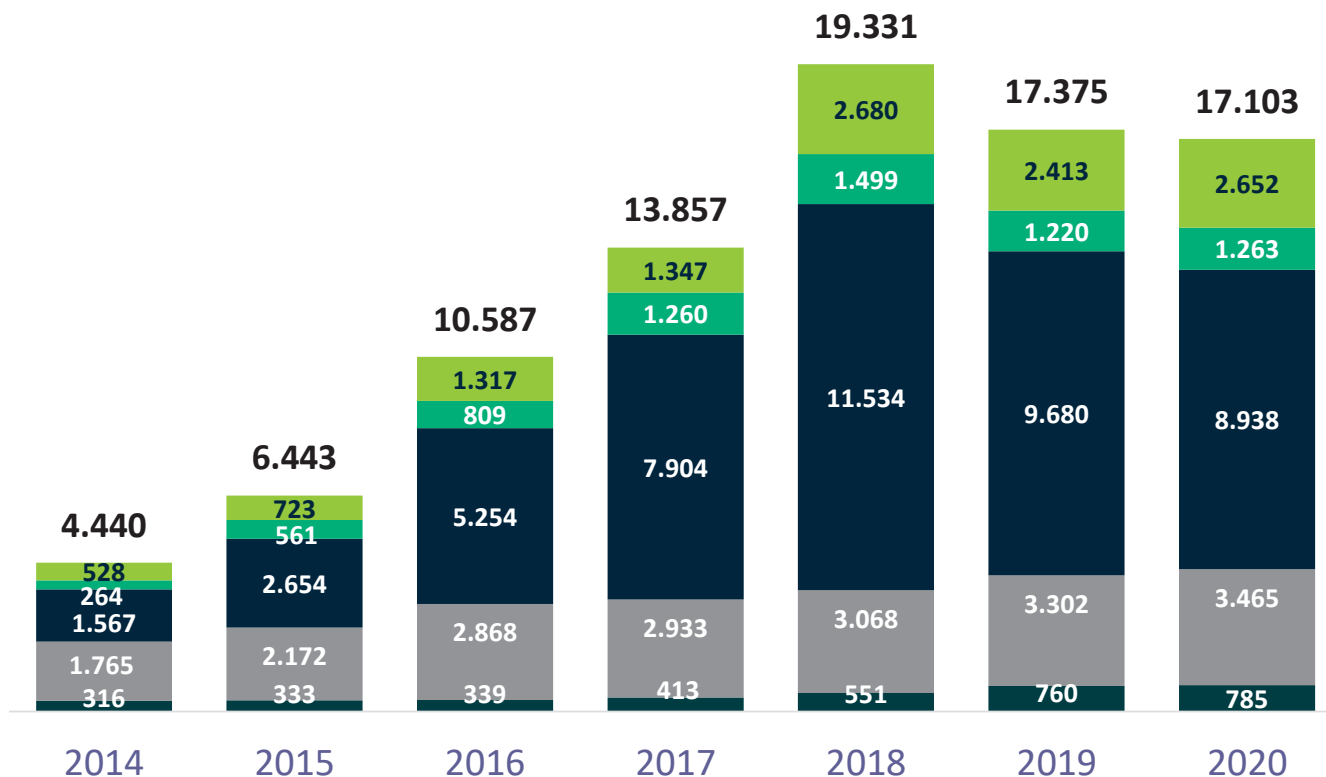


¹Classificação das operações de crédito com atraso superior a 90 dias. Fonte: Banco Central do Brasil em 31/12/2019. As pequenas e médias empresas têm pelo menos R\$ 3,6 milhões em receitas brutas por ano e 50-99 funcionários no caso de empresas do setor de serviços/comércio e 100-499 funcionários para empresas do setor industrial. As grandes empresas têm mais de 500 funcionários e receita bruta anual de pelo menos R\$ 300MM.

Ativos *distressed* imobiliários

Bancos: Bens não de uso próprio (BNDU¹) (R\$ MM)

■ BB ■ Bradesco ■ CEF ■ Itaú ■ Santander



Imóveis recuperados podem apresentar problemas e bancos têm dificuldade em realizar as vendas

Consumo de capital e alta carga operacional

Custo de carreg² e risco financeiro e reputacional

¹Bens não de uso próprio ("BNDU"): ativo não financeiro mantido para venda. Normalmente, são veículos ou imóveis recebidos em dação de pagamento, retomados pelos bancos devido à inadimplência no financiamento.

²Custos operacionais e taxas associadas à manutenção do ativo (e.g. condomínio, impostos). Fonte: balanço dos bancos de 2014 até 31/03/2020 e Jive Investments, 2020.

Ativos *distressed* imobiliários



Total de BNDU de bancos

R\$ 17bi¹

Novas unidades residenciais
concluídas a venda

92.558²

% de distratos

16,5%³

Número de distratos
(estoque em *distressed*)

15.272⁴

Média de preço por unidade

R\$ 180.000

Total potencial de estoque em *distressed*
de incorporadoras

R\$ 2,7bi

Total potencial de ativos
distressed imobiliários

R\$ 19,7bi⁴

R\$ 36bi
(3.830 imóveis)

Valor total estimado de imóveis
em **propriedade da união** a
serem vendidos no mercado⁵

R\$ 1bi

Valor que a SPU pretende
arrecadar com a venda de 120
unidades apenas em 2020⁵

¹ Volume total de BNDU em 2019 dos cinco maiores bancos, vide a página anterior. ² Lançamentos de imóveis acumulado em 2019, de acordo com a Abrainc (Nov. 2019). ³ 16,5% dos contratos de venda são cancelados (distratos), de acordo com a Abrainc (Nov. 2019). ⁴ Estimativa Jive com base nas fontes citadas. ⁵ Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), do Ministério da Economia, 16 de setembro 2019. Fonte: Jive Investments, 2020.

Precatórios e direitos creditórios

Pagamento Anual de Precatórios Federais no Brasil (R\$ bi)¹



Discussões
tributárias em
juízo contra
entidades
federais

R\$ +1,1tri

R\$ 3,4tri



Em disputas no
judiciário em
2018³

R\$ 114bi

Precatórios
estaduais e
municipais



¹Também inclui requisições de pequeno valor inferiores a 60 salários mínimo. ²Estimativa para 2019 e projeção para 2020. ³Mais de 70 milhões de processos no Brasil. Fontes: Conselho da Justiça Federal (CJF) em 31/12/2019, CNJ em 31/12/2019, Valor Econômico em 17/12/2019 e 07/01/2020.

O pós Covid-19 no Brasil

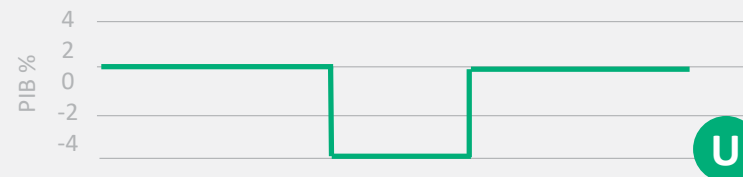


Consequências iniciais

- Taxa de inadimplência deve subir para 6% - mesma taxa do período de recessão (2015/2016)¹
- Juízes estão prorrogando *stay period*² em recuperações judiciais
- Assembleias gerais de credores sendo realizadas virtualmente, incluindo audiências de conciliação
- Potencial menor concorrência na compra de ativos, em especial por estrangeiros (*players* internacionais focados em suas regiões)

Tese Clássica *Distressed*

Período de investimento durante a crise (cenário de “U” longo)



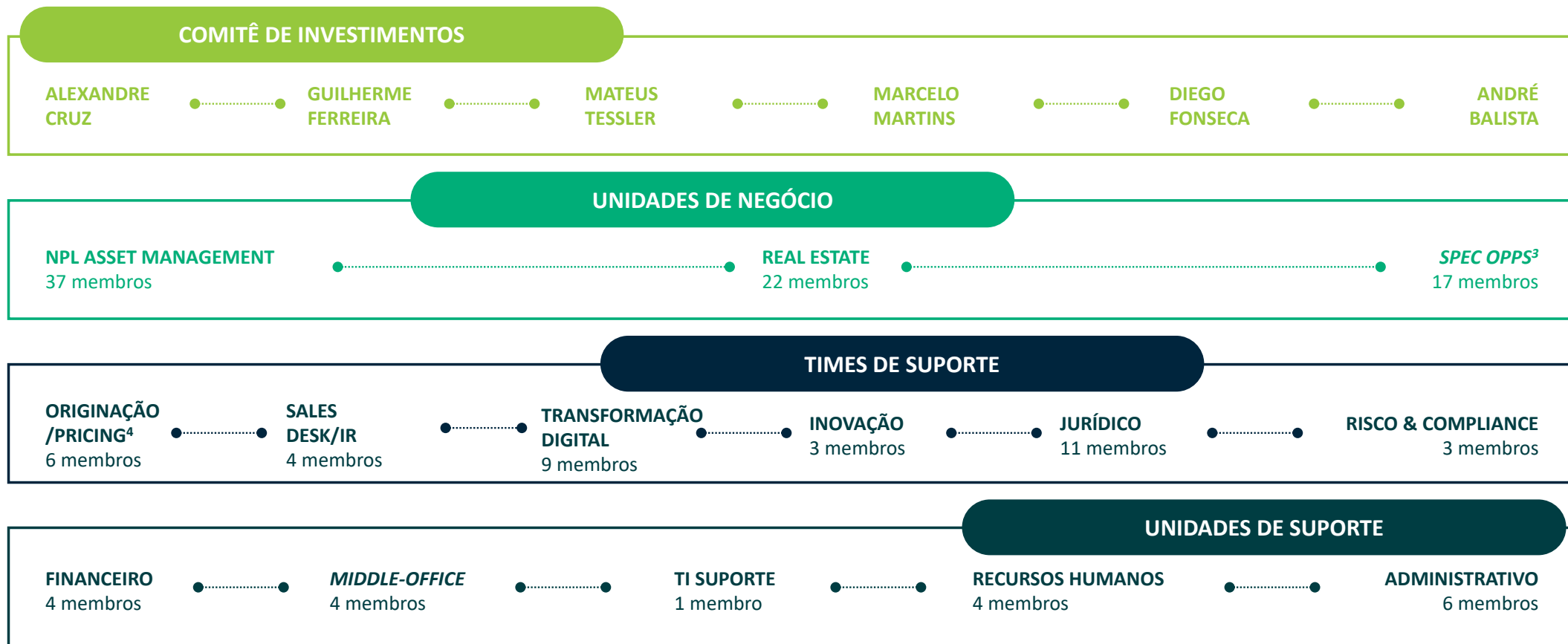
Cenário onde há uma recessão longa, seguido de uma recuperação e retornando ao patamar de produto interno bruto (PIB) anterior; entretanto, há alguma perda permanente do PIB.

Exemplos de outros cenários de “U” longo: crise financeira nos EUA em 2008, crise econômica no Brasil em 2015/2016.

ESTRUTURA E PROCESSO DE INVESTIMENTO

Estrutura organizacional¹

131 PROFISSIONAIS: 6 *Managing Partners*, 8 *Minority Partners*²



¹ A estrutura organizacional prevista nesta página abrange a Jive Investments e a Jive Consultoria. ² Jive é controlada por Alexandre Cruz e Guilherme Ferreira. Eles, em conjunto com os sócios indicados nesta página, são os *managing partners* da Jive. ³ Área responsável pela gestão de operações estruturadas tais como precatórios, direitos creditórios, *single names*, ações e demandas contra entes públicos e privados. ⁴ Área responsável pela precificação de todos ativos apresentados a Jive incluindo portfólios de NPL, precatórios etc. O quadro acima reflete tanto os funcionários da Jive como as equipes de recuperação dos ativos.
 Fonte: Jive Investments, 2020.

Inteligência e tecnologia em Ativos *Distressed*

Investimento contínuo em tecnologia buscando aumentar capacidade operacional e ganho de escala

Jive Soft: Sistema proprietário de gestão de processos e recuperação de ativos, desenvolvido nas plataformas *Service Now* e *Rentsoft*, integrando diversas APIs¹ e serviços de terceiros (*startups*)

Transformação digital → Automação e escalabilidade



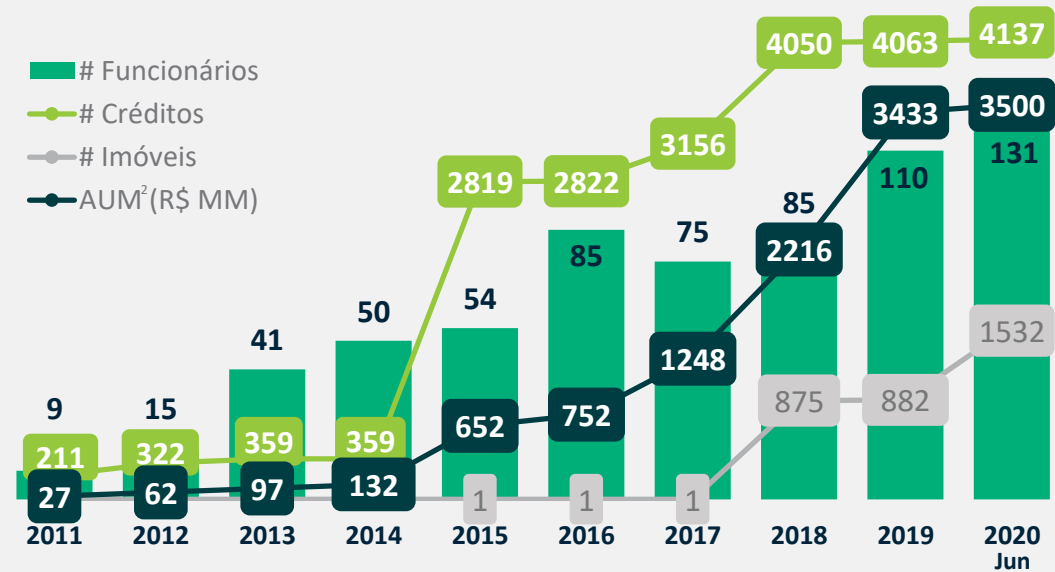
¹Interface de Programação de Aplicações (API): conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um *software*. ²Ativos sob gestão. Fonte: Jive Investments, 2020.

ROBÔS | BOTS
Pesquisa de Bens 🔍

40 ROBÔS

400 BASES PÚBLICAS/PRIVADAS

ESCALABILIDADE DA PLATAFORMA JIVE



Processo de investimento

TEMPO MÉDIO DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS: 24 MESES



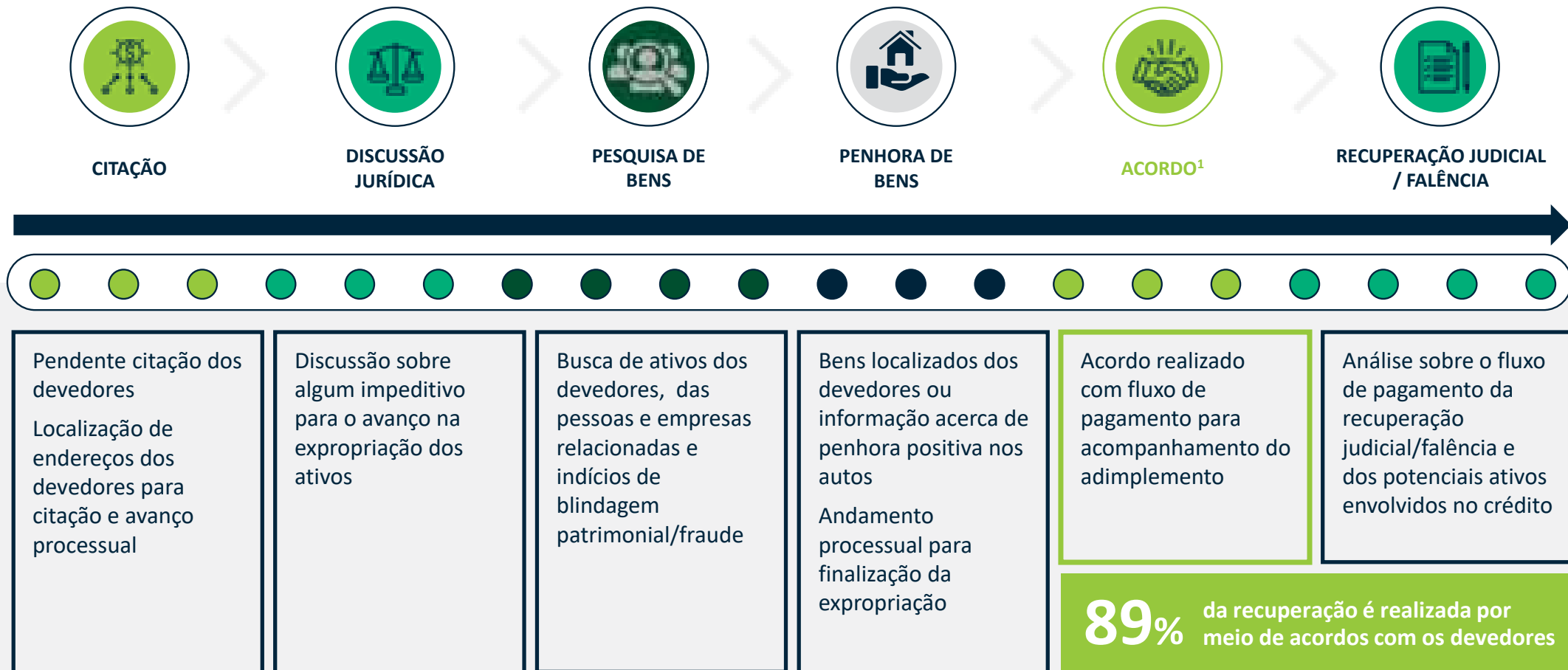
- **RISCO:** extinção de garantia, falência, risco de crédito, sucumbência e decisões judiciais
- **RETORNO:** recebimento de garantias, fluxos de recuperação judicial e negociação dos créditos
- **DESPESAS:** processuais, honorários de advogados, agentes de cobrança, impostos, taxas e custos de veículos
- **TEMPO:** fluxos de recuperação judicial e falências, fase processual e tipo de garantia

Precificação pela Jive não considera a realização de acordos com os devedores, aportes de capital nas empresas ou melhora na cenário econômico²

¹ Onboarding é processo de carregamento dos ativos na plataforma de gestão chamada JiveSoft. ² Modelos de precificação Jive não levam em consideração redução de tempo na recuperação de ativos e recebimentos decorrentes de acordos e melhoras na economia. Fonte: Jive Investments, 2020.

Corporate NPL

ETAPAS DO PROCESSO DE COBRANÇA



¹Valores baseados no tamanho da dívida de cada devedor. Acordos contam com confissão de dívida total e garantias sólidas para fluxo de recebimentos. Em todas as fases buscamos ativamente um acordo para antecipar o recebimento. Fonte: Jive Investments, 2020.

Ativos *Distressed* Imobiliários

FLUXO DA RECUPERAÇÃO DE VALOR



AVALIAÇÃO E
SANEAMENTO DA
CARTEIRA



DIAGNÓSTICO E
PRECIFICAÇÃO



SOLUÇÕES DE
PROBLEMAS E
MELHORIAS



COMERCIALIZAÇÃO
DOS IMÓVEIS

Identificação de:

- Passivos pendentes
 - Disputas judiciais
 - Problemas de ocupação
 - Problemas de conservação
 - Quaisquer outros problemas que afetem negativamente o valor ou a liquidez do imóvel
- Diagnóstico dos problemas relacionados
 - Apresentação de estimativa do valor do portfólio imobiliário na situação atual
 - Recomendação de melhorias aplicáveis a cada um dos imóveis
 - Orçamento e cronograma para a implementação das melhorias
- Implementação dos procedimentos após aceite da proposta pelo vendedor do portfólio
 - Comunicação com detentor dos imóveis sobre progresso das atividades
- Comercialização dos imóveis para compradores com perfil adequado para monetização dos ativos
 - Parceria com plataformas de comercialização *online*, *startups* do setor e novas tecnologias no mercado imobiliário

Precatórios e Ativos *Distressed* Creditórios



SELEÇÃO DE
ESCRITÓRIOS



ACOMPANHAMENTO
PESSOAL



AQUISIÇÃO DE
HONORÁRIOS DE
ADVOGADOS



CEDENTES EM
RECUPERAÇÃO
JUDICIAL



¹Tribunais Superiores incluem o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Superior Tribunal do Trabalho ²Regime que alcança os Estados, Distrito Federal e Municípios que não estavam em mora no pagamento de seus precatórios vencidos, relativos à sua administração direta e indireta, em 10/12/2009. ³Regime que permite que a dívida de precatórios seja paga em 15 anos, seja pela divisão do seu estoque em parcelas anuais, seja pela destinação de percentuais, que incidirão sobre a receita corrente líquida da entidade devedora. Fonte: Jive Investments, 2020.

Plataforma única entre os *players* em *distressed*

	Player 1	Player 2	Player 3	Player 4	Player 5	Jive
CORPORATE NPL	✓	✓				✓
SINGLE-NAMES	✓	✓			✓	✓
PRECATÓRIOS	✓			✓	✓	✓
DIREITOS CREDITÓRIOS	✓			✓	✓	✓
CONSUMER NPL			✓			✓
IMÓVEIS <i>DISTRESSED</i>	✓				✓	✓
CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS <i>DISTRESSED</i>						✓
ATIVOS <i>DISTRESSED</i> PULVERIZADOS						✓

PLATAFORMA INTEGRADA DE
RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

PERFORMANCE¹

¹Os dados das páginas desta seção se referem à performance do Fundo Jive I e do Fundo Jive II. Vide página 60 para análise comparativa entre o Fundo Jive I e o Fundo Jive II. Não há análise comparativa com os Fundos Jive III. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos.

Fundo Jive I – Performance¹

PERÍODO DE INVESTIMENTO
2,5 anos (ago/15 – jan/18)

PERÍODO DO FUNDO
6 anos (até ago/21)

TAMANHO DA OFERTA
R\$ 500MM

CAPITAL CHAMADO
100%

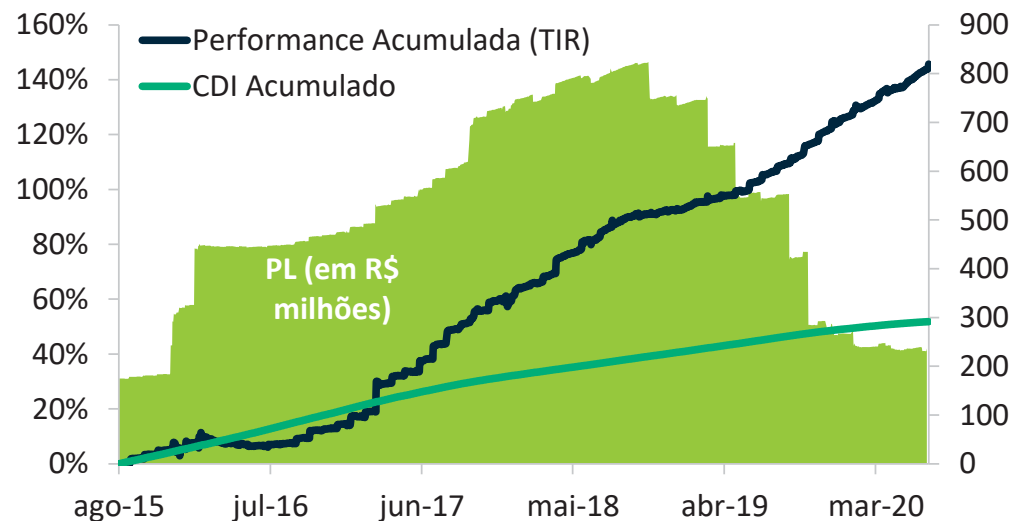
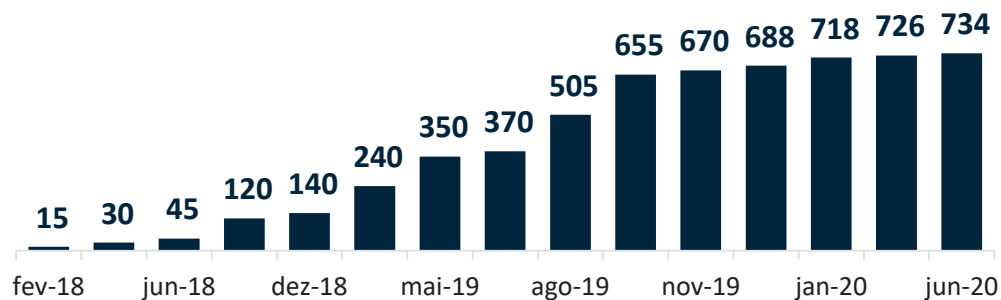
PERÍODO	TIR ²	% DO CDI
12M	18,4%	401%
DESDE AGO/2015	145,7%	281%
ANUALIZADO	20,3%	281%

Distribuições aos cotistas (acumulado R\$ MM)

147%
 do capital comprometido
 devolvido aos cotistas

TIR² realizada:
12,2%

MOIC³ realizado:
1,5x



¹Inclui os fundos investidos. ²Taxa Interna de Retorno ("TIR"). ³Múltiplo de caixa ("MOIC"). Fonte: Jive Investments, 2020.

Fundo Jive II – Performance¹

PERÍODO DE INVESTIMENTO
3 anos (mar/18 – mar/21)

PERÍODO DO FUNDO
6 anos (até mar/24)

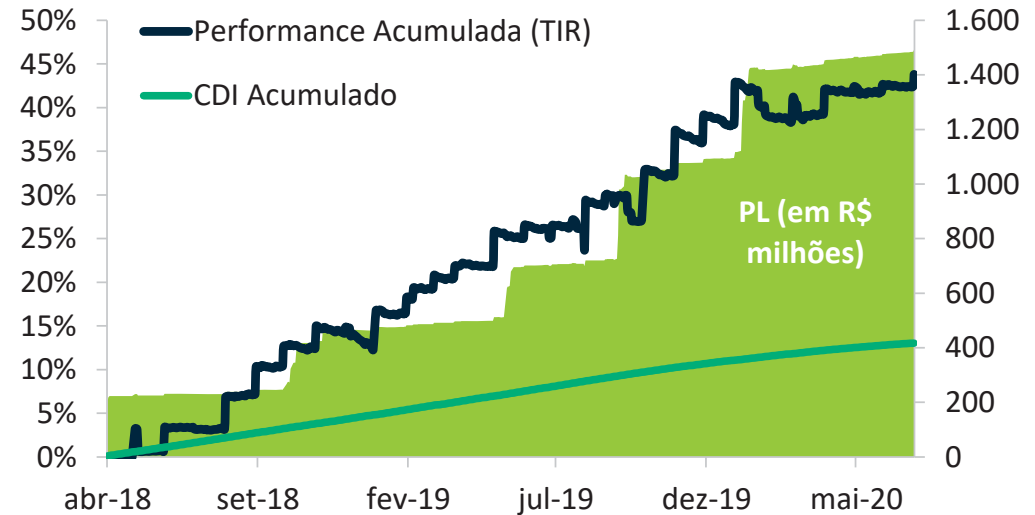
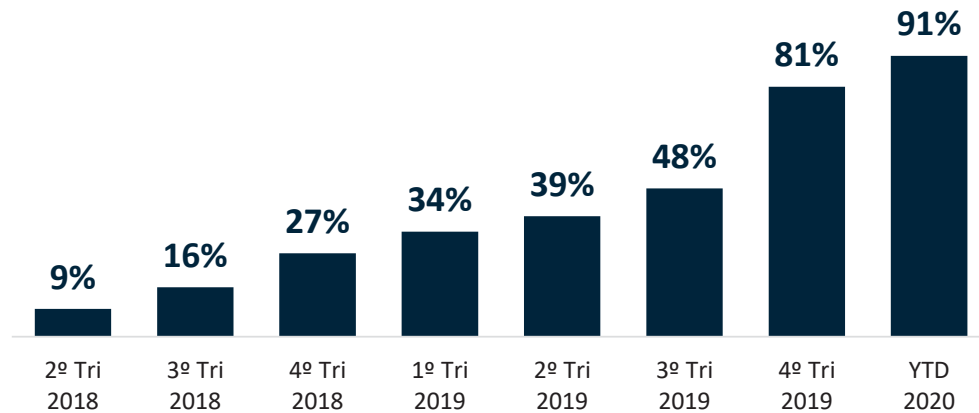
TAMANHO DA OFERTA
R\$ 1,75bi

CAPITAL CHAMADO
100%

PERÍODO	TIR	% DO CDI
12M	16,0%	347%
DESDE MAR/2018	43,8%	336%
ANUALIZADO	19,0%	336%

Capital Investido

(acumulado, inclui o capital comprometido de transações já fechadas)



¹Inclui os fundos investidos. Fonte: Jive Investments, 2020.

Investimentos realizados

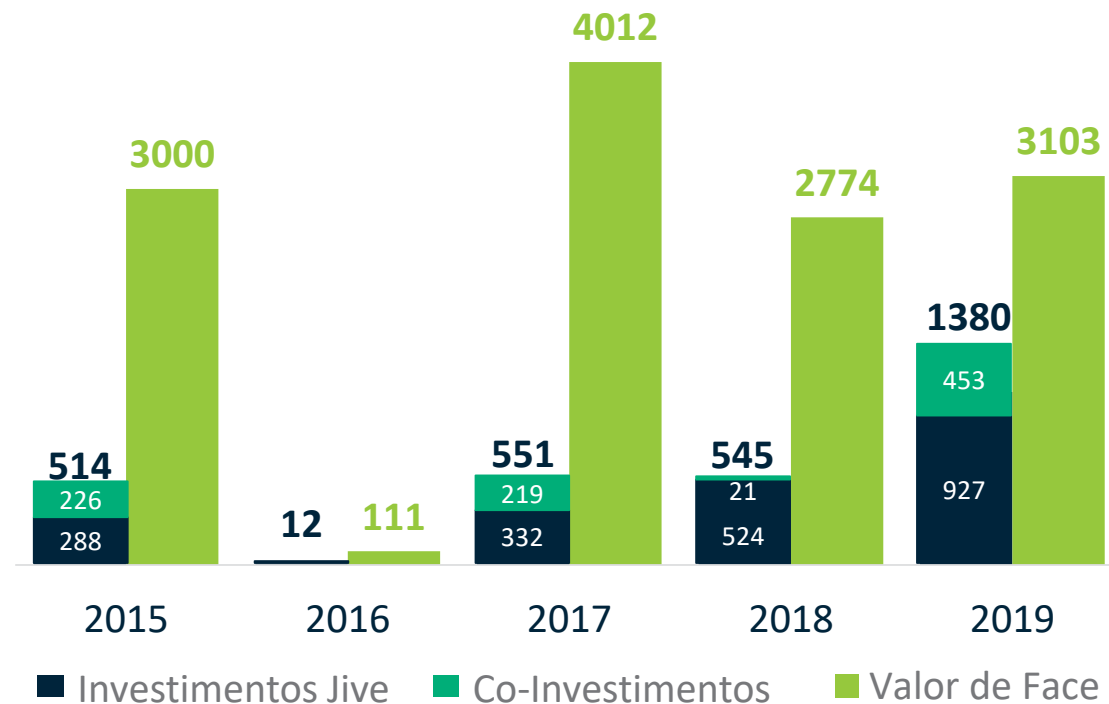
INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA PLATAFORMA DESDE 2015

Capital Investido

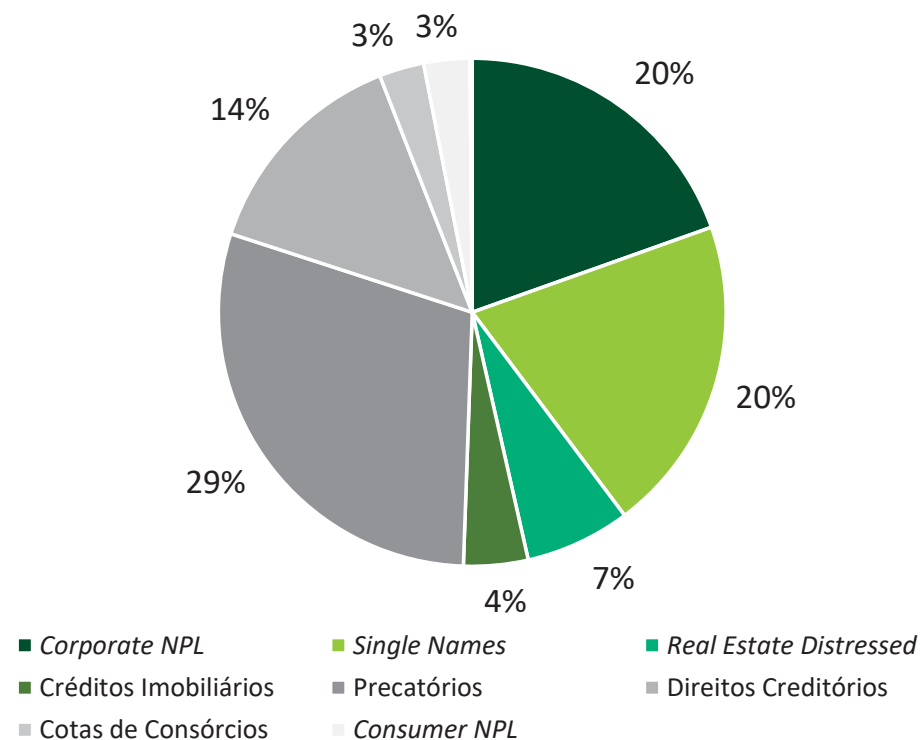
(R\$ MM)

+R\$ 3bi
TOTAL INVESTIDO

+R\$ 13bi
EM VALOR DE FACE



Investimentos por classe de ativos¹



¹Investimentos realizados pelo Fundo Jive I, pelo Fundo Jive II e co-investimentos. Para maiores informações sobre cada classe de ativos, vide o respectivo regulamento indicado na página 5 deste material.

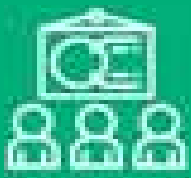
Fonte: Jive Investments, 2020

OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO¹

¹O Fundo, cuja oportunidade de investimento é objeto deste material, investirá no Fundo Onshore, que, por sua vez, investirá no FIM Consolidador. O FIM Consolidador é o veículo que controla os fundos de investimento que efetivamente adquirirão os Ativos Alvo, conforme indicado nas páginas a seguir.

Oportunidades de investimento

NPLs



- Portfólios de Bancos
- *Single-names*¹
- Fundos de Crédito Privado

ATIVOS DISTRESSED IMOBILIÁRIOS



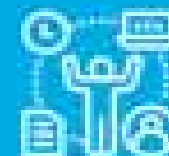
- BNDU de Bancos
- Venda de ativos do governo
- Estoque de incorporadoras
- Ativos não operacionais de companhias em recuperação judicial

PRECATÓRIOS & ATIVOS DISTRESSED CREDITÓRIOS



- Pré-Precatórios
- UPs² Eletrobrás
- Precatórios
- Cotas de consórcio
- Ações entre entidades privadas
- Direitos em arbitragens

CRÉDITO ESTRUTURADO & SPECIAL SITS



- Reestruturação de dívidas:
 - combinação de *NPL* + *DIP Financing*³ / *Asset-backed lending*⁴
- Securitização de recebíveis complexos

NOVAS TESES

- *FINTECHs*/Gestoras de crédito
- Securitização de dívida ativa⁵
- Teses consumeristas
- Teses trabalhistas
- Ações coletivas
- Títulos privados

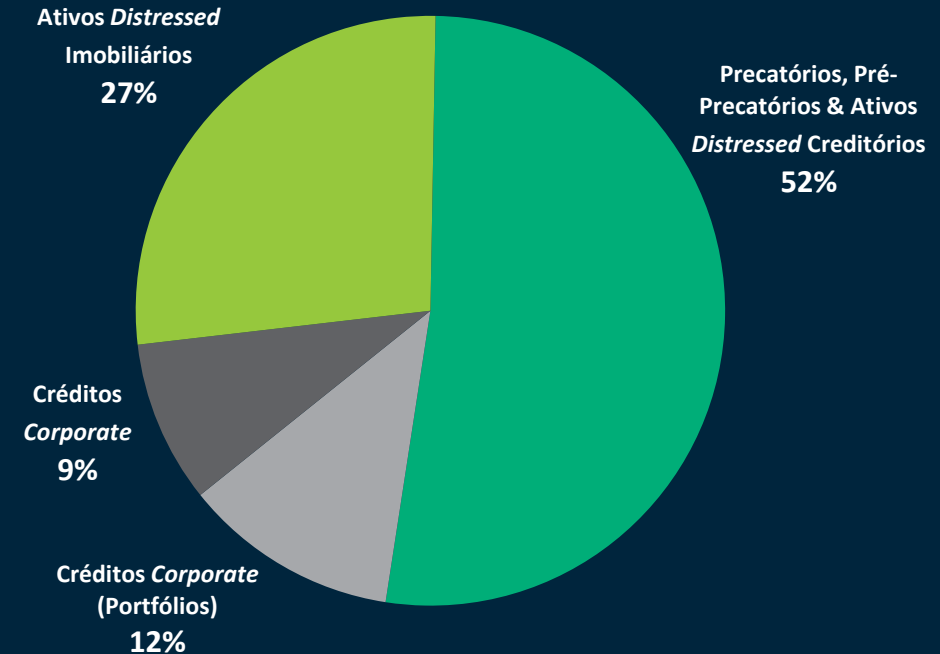
¹Créditos contra grandes empresas, comprados individualmente. ²Unidade monetária padronizada usada para um programa de empréstimo obrigatório do governo (Unidades Padrão). ³Financiamento sênior concedido à empresas em recuperação judicial. ⁴Financiamento lastreado em ativos reais e outras garantias. ⁵Securitização de débitos de natureza tributária e não-tributária, cuja titularidade do crédito é da Fazenda Pública Nacional. Fonte: Jive Investments, 2020.

Pipeline de investimentos¹

	ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO	Valor de Investimento R\$ MM
	Créditos Corporate (Portfólios)	Portfólio com mais de 100 créditos de banco de grande porte	195,0
		Portfólio de 2 a 20 créditos de banco de grande porte	
		Portfólio de 20 a 100 créditos de banco de médio porte	
		Portfólio com mais de 100 créditos de empresa	
		Portfólio de 20 a 100 créditos de empresa	
	Créditos Corporate	Transações <i>Single Names</i>	609,7
	Ativos <i>Distressed</i> Imobiliários	Operações imobiliárias com banco de grande porte	1.052,7
		Operações de compra de estoque de imóveis	
		Operações imobiliárias com empresa	
	Precatórios, Pré-precatórios & Ativos <i>Distressed</i> Creditórios	Precatórios Federais	2.024,9
		Ações judiciais	
		Outros ativos – direitos creditórios	
	TOTAL		3.882,3

¹A lista preliminar indicada nesta página faz parte do trabalho da Jive Investments de prospecção de novas oportunidades de negócio. Não há qualquer instrumento vinculante que obrigue a Jive, ou as respectivas contrapartes, a concluírem as operações aqui descritas. Se e quando concluídas estas e outras operações, as condições pactuadas poderão não ser as inicialmente consideradas, nem se referirem a cada classe de ativos aqui indicada. Fonte: Jive Investments, 2020.

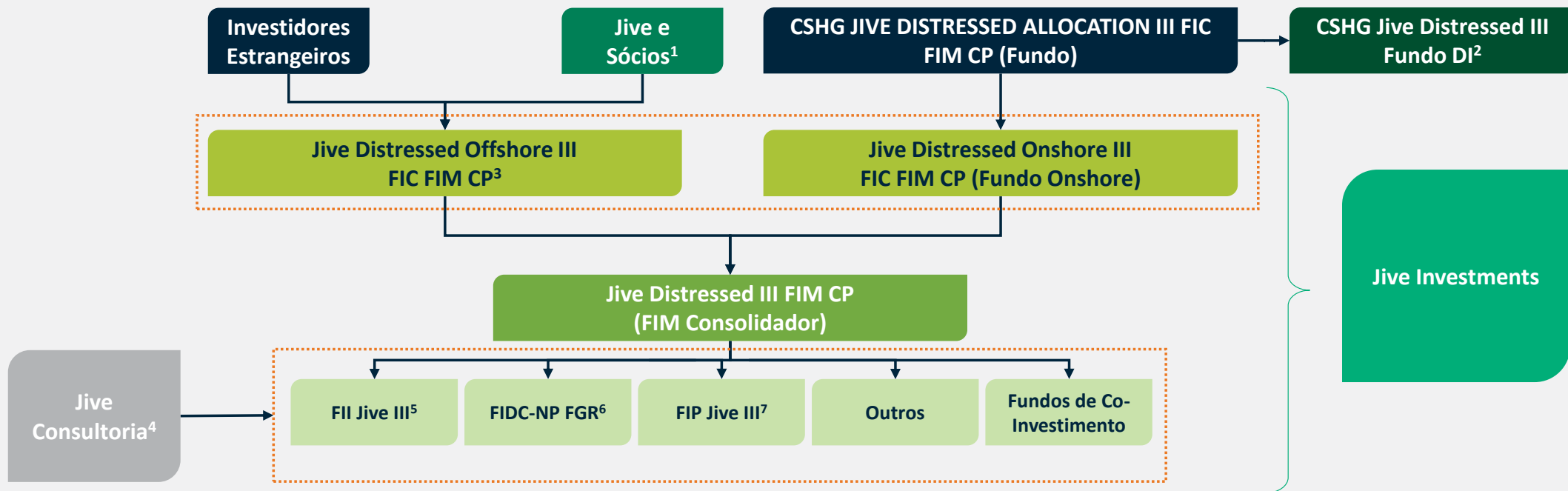
BREAKDOWN POR CLASSE DE ATIVO



Os Fundos Jive III buscarão construir um portfólio que apresente no agregado uma taxa de retorno alvo superior a 25% a.a.²

²A taxa aqui descrita: (i) representa a atual visão atual do Gestor para os Fundos Jive III, considerando o cenário atual macroeconômico e suas perspectivas, sujeitando-se, portanto, a alteração ou revisão pelo Gestor, sem aviso prévio; e (ii) não representa garantia de rentabilidade por Administrador, Gestor e Coordenadores, tampouco compromisso dos Fundos Jive III em atingi-la. Leia os Regulamentos, em especial os fatores de risco.

Estrutura inicial de investimento



¹Veículo controlado pelos sócios da Jive.

²CSHG JIVE Distressed III Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ/ME nº 35.865.564/0001-71) ("Fundo DI"), sob a administração da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e gestão da Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management S.A., fundo de liquidez destinado a receber, antecipadamente, no prazo e na forma previstos contratualmente, recursos advindos de investidores que se comprometerem até R\$10 milhões (exclusive), para atender as chamadas de capital do CSHG JIVE Distressed Allocation III FIC FIM CP.

³JIVE Distressed Allocation III Offshore Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (CNPJ/ME nº 35.819.219/0001-00), sob administração da Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gestão da Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Offshore").

⁴Agente de cobrança e/ou consultora especializada (no caso do FII Jive III se e quando aprovada sua contratação em assembleia, na forma da Instrução CVM 472), conforme indicado nos respectivos regulamentos.

⁵JIVE Ativos Imobiliários III – Fundo de Investimento Imobiliário (CNPJ/ME nº 35.819.314/0001-03), sob administração da Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gestão da Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.

⁶Fundo de Gestão e Recuperação – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (CNPJ/ME nº 35.880.835/0001-68), sob administração da Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gestão da Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.

⁷JIVE III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (CNPJ/ME nº 35.753.801/0001-02), sob administração da Modal Asset Management Ltda e gestão da Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.

CSHG JIVE Distressed Allocation III FIC-FIM CP | Características Gerais

Gestor	Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.¹
Administrador	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.²
Distribuidor	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.³
Prazo do Fundo	6 anos, contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador.
Período de Investimento	3 anos, contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador. ⁴
Investimento Mínimo	R\$ 250 mil, com valores superiores em múltiplos de R\$ 50 mil.
Público Alvo	Investidores Profissionais. ⁵
Taxas de Administração, Performance, entrada e saída	Não serão devidas taxas de administração, gestão, performance, ingresso ou saída pelo Fundo. As taxas do Fundo Onshore são: <u>Taxa de Administração</u> : 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo Onshore, com aplicação retroativa às chamadas de capital <u>Taxa de Performance</u> : 20% do que exceder o capital integralizado no Fundo Onshore corrigido por 100% do CDI, <i>cash on cash</i> ⁶

¹ Sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.485, 17º andar, CEP 01452-002. ² Instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501 – Bloco I, 5º andar, CEP 22250-040. O Administrador, por si ou suas partes relacionadas, também prestará ao Fundo os serviços de custódia, estruturação e intermediação da oferta. ³ Sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., n.º 700 – 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte), CEP 04542-000. ⁴ O período que se encerra na primeira das seguintes datas: (i) 3 (três) anos contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador; ou (ii) após realização da última chamada de capital, a data da primeira integralização de cotas do fundo de investimento que venha a ser estruturado e gerido pelo gestor com o objetivo de suceder o FIM Consolidador em sua política de investimento, nos termos do Regulamento do Fundo. ⁵ Poderão, nos termos e nas condições estabelecidas pela regulamentação em vigor e conforme aplicáveis, serem aceitas ordens de investimento de: (i) instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus controladores e administradores; (ii) empregados, operadores e demais prepostos das instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iii) demais profissionais que mantenham, com as instituições intermediárias ou outras pessoas vinculadas à Oferta, contrato de prestação de serviços no âmbito da Oferta, inclusive diretamente relacionados com a atividade de intermediação ou de suporte operacional; (iv) cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, das pessoas mencionadas nas alíneas acima; e/ou (v) sociedades e/ou veículos de investimento, inclusive fundos, controlados, direta ou indiretamente, pelas pessoas mencionadas nas alíneas acima (“Pessoas Vinculadas”). Adicionalmente, poderão ser permitidos, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas, os investimentos por elas realizados, para proteção (hedge) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Cotas como referência (incluindo operações de total return swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. ⁶ “Cash-on-cash” significa que o resultado líquido dos investimentos do Fundo Onshore, após o pagamento de despesas, encargos e outras obrigações do Fundo Onshore, serão distribuídos observando a seguinte ordem: (i) primeiramente, aos cotistas do Fundo Onshore, até o limite do seu capital integralizado; (ii) após, aos cotistas do Fundo Onshore, até o limite da remuneração do capital integralizado pelo benchmark desde a data de cada integralização; e (iii) após os itens (i) e (ii), os valores excedentes, se houver, serão distribuídos (a) 80% em favor dos cotistas do Fundo Onshore; e (b) 20% em favor do Gestor, a título de remuneração. Para mais informações, vide o Capítulo VI do Regulamento do Fundo Onshore.

CSHG JIVE Distressed Allocation III FIC-FIM CP | Características Gerais

Política de Investimento

No mínimo 95% dos recursos do Fundo serão investidos em cotas do Fundo Onshore, que, por sua vez, alocará no mínimo 95% de seus recursos no FIM Consolidador. A política de investimento do FIM Consolidador prevê a alocação em veículos de investimento que invistam nos seguintes ativos:

Ativos Distressed Creditórios: os Precatórios e Pré-Precatórios, as Ações e Demandas, as Ações e Demandas de Pequeno Valor, os Créditos *Corporate*, incluindo *single-names*, os Créditos *Consumer* e Outros Ativos *Distressed Creditórios*.

Ativos Distressed Imobiliários: Imóveis, direitos reais sobre imóveis, participações societárias, cotas de fundos de investimento, ou títulos e valores mobiliários atrelados a imóveis com (ou direitos reais sobre imóveis) em situação *Distressed*.

Ativos de Crédito: quaisquer créditos que envolvam uma situação *distressed* em favor da parte, credor ou outra pessoa.

Ativos Novas Teses: ativos que representem oportunidade de alavancar a originação, recuperação, rentabilidade ou liquidez dos Ativos *Distressed Creditórios*, Ativos *Distressed Imobiliários*, Ativos de Crédito, Ativos Oportunisticos ou Outros Ativos.

Ativos Oportunisticos: qualquer ativo que represente a participação, direta ou indireta, em sociedades que prestem serviços para o Fundo ou origem Ativos *Distressed*.

Limites de alocação¹

Até 50% em Ativos *Distressed Imobiliários*

Até 50% em Precatórios ou Pré-Precatórios federais

Até 100% em Créditos *Corporate*

Até 20% em Ativos de Crédito

Até 3% em Ativos Oportunisticos

Até 2% em Ativos Novas Teses

Até 50% cumulativamente, em: (a) Ações e Demandas, (b) Precatórios ou Pré-Precatórios (não federais), (c) Créditos *Consumer*, e (d) Outros Ativos *Distressed Creditórios*

Limite de Concentração por Aquisição

Até 25% do capital subscrito por aquisição ou série de aquisições relacionadas.

Limites de Concentração por Emissor/Devedor/ Coobrigado¹

Até 100% em Ativos *Distressed* (Ativos *Distressed Creditórios* e os Ativos *Distressed Imobiliários*) e Ativos de Crédito - União Federal e/ou demais entes da Administração Federal

Até 40% em Ativos *Distressed* e Ativos de Crédito - Empresas estatais controladas pela União Federal ou demais entes da Administração Federal

Até 20% em Ativos *Distressed* e Ativos de Crédito - Órgãos e entidades governamentais da administração dos Estados, do Distrito Federal e/ou dos Municípios

Até 10% em Ativos *Distressed* ou Ativos de Crédito – Outros

Investimentos no Exterior

Até 20% do capital subscrito (desde que até o limite de 40% do PL, conforme previsto pela ICVM 555) em ativos negociados ou emitidos no exterior, desde que direta ou indiretamente relacionados aos Ativos *Distressed*, Ativos de Crédito, Ativos Oportunisticos e/ou Ativos Novas Teses.

¹ Percentual de alocação do capital subscrito ou do patrimônio líquido, o que for maior.

CSHG JIVE Distressed Allocation III FIC-FIM CP | Características Gerais

Chamadas de Capital	Investidores que subscreverem cotas em montante inferior a R\$10 milhões deverão observar o mecanismo de controle de chamadas de capital por meio da disponibilização prévia de recursos no Fundo DI. O investimento no Fundo DI deverá ser realizado em até 32 dias contados da comunicação da administradora do Fundo DI, de acordo com as expectativas para chamadas de capital informadas pela Jive. Investidores que subscreverem cotas em montante igual ou superior a R\$10 milhões deverão aportar o montante relativo ao respectivo capital comprometido diretamente no Fundo, em atendimento às chamadas de capital ¹ .
Período de Nivelamento	Cotistas que subscreverem após a data da primeira integralização de recursos (Cotistas Subsequentes, nos termos do Regulamento) serão chamados a aportar capital até que os investimentos realizados sejam proporcionalmente iguais aos dos investimentos realizados pelos cotistas que aportaram recursos na integralização anterior (Cotistas Antecedentes, nos termos do Regulamento), e assim sucessivamente.
Amortização	O Fundo não poderá realizar amortizações durante os 2 primeiros anos do Prazo do Fundo. Decorrido tal prazo, durante o Período de Investimento, as Cotas poderão ser amortizadas a qualquer tempo, a exclusivo critério do Gestor. Após o Período de Investimento, as Cotas deverão ser amortizadas sempre que houver uma distribuição de rendimentos, a qualquer título, do Fundo Onshore ao Fundo, nos termos dos respectivos Regulamentos.
Comitê de Acompanhamento	Composto por até 8 membros, dos quais: (i) até 4 membros representantes dos Cotistas, que serão os próprios Cotistas diretos e/ou indiretos, ou seus consultores de valores mobiliários indicados pela CSHG; (ii) até 2 membros representantes da CSHG, também por ele indicados; e (iii) até 2 membros representantes do Gestor, indicados pelo Gestor. O comitê tem caráter consultivo e não remunerará seus membros.
Key Person	Manutenção dos sócios Alexandre Cruz e Guilherme Ferreira atuando nas atividades do Gestor, em conjunto com pelo menos um dos três demais sócios: Mateus Tessler, Marcelo Martins e Diego Fonseca ² .
Capital Comprometido Jive	O compromisso de investimento da Jive na estrutura dos Fundos Jive III é realizado por meio da subscrição de cotas do Fundo Offshore no valor total de R\$ 100MM, sendo R\$ 40MM no início do Fundo Offshore e R\$ 60MM sujeitos a liberação dos recursos investidos na estrutura do Fundo Jive II ³ .
Co-Investimentos	Oportunidades de co-investimentos que permitam aos investidores acessar oportunidades específicas de maior volume serão oferecidas através de estrutura alinhada com o FIM Consolidador.

¹Ao receber uma chamada de capital, os investidores serão obrigados a integralizar, parte ou totalidade das Cotas subscritas, até: (i) o 3º (terceiro) dia útil subsequente à data da notificação de integralização, para os recursos que estiverem no Fundo DI; e (ii) o 7º (sétimo) dia útil subsequente à data da notificação de integralização, para os recursos que não estiverem investidos no Fundo DI. ²Vide Capítulo IV do Regulamento sobre as regras relativas a Key Person. ³Compromisso de investimento será realizado por meio da Jive, ou de seus sócios, para investimento no Fundo Offshore, que, por sua vez, investirá no FIM Consolidador.

CSHG JIVE Distressed Allocation III FIC-FIM CP | Características Gerais

Co-Investidor Estratégico	Oportunidades de investimentos do FIM Consolidador serão apresentadas, pelo Gestor, a determinado fundo de investimento multimercado a ser constituído, cujo principal investidor será a International Finance Corporation (IFC), com compromisso de investimento de até USD80MM (“Fundo IFC”). O Fundo IFC terá direito (porém não a obrigação) de participar da oportunidade de investimento, até o limite de 25% do investimento pretendido.
Subscrição e Integralização	As cotas, a serem admitidas à negociação na B3, serão totalmente subscritas pelos cotistas durante o Prazo de Distribuição e serão integralizadas durante o Período de Investimento, por meio de chamadas de capital, na forma prevista no Regulamento e no respectivo compromisso de investimento, pelo Preço de Integralização. ¹
Consulta Prévia	Toda e qualquer matéria objeto de assembleia geral do FIM Consolidador e/ou de qualquer forma relacionada ao FIM Consolidador, nos termos dos Regulamentos, serão deliberadas pelo Fundo Onshore e pelo Fundo Offshore, em conjunto, após Consulta Prévia ¹ aos seus respectivos investidores. Sempre que o Fundo for convocado a se manifestar em uma Consulta Prévia, uma assembleia geral de cotistas do Fundo será convocada para deliberar sobre a sua orientação de voto ² .
Condomínio	Condomínio fechado; portanto, não admite resgate de cotas, exceto no término do prazo, quando haverá sua liquidação, ou na hipótese de liquidação antecipada.
Tratamento Tributário	Busca o tratamento tributário de Longo Prazo. Vide a página 59 deste material e o Regulamento para tratamento tributário e fatores de risco relacionados.
Prazo de Distribuição	Até 180 dias, prorrogável nos termos da Instrução CVM 555, contado do dia útil seguinte à data de concessão do registro automático da Oferta pela CVM.
Valor Máximo da Oferta	Até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).
Valor Mínimo da Oferta	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
Classe do Fundo	Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado.
ANBIMA	Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico”. Suitability: Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3.

¹ Nos termos do Regulamento do Fundo, é o preço de integralização de cada cota, que será correspondente: (i) a R\$1,00, quando as cotas forem integralizadas na primeira Chamada de Capital; (ii) ao valor de fechamento da cota dos mercados no dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada, quando as cotas forem integralizadas após a data da integralização da primeira Chamada, exceto durante o Período de Nivelamento; ou (iii) durante o Período de Nivelamento, ao maior entre: (a) R\$1,00 atualizado com base em 100% do CDI, aplicado de forma ponderada à proporção do capital comprometido integralizado pelos Cotistas Antecedentes em cada Chamada ocorrida antes do início do Período de Nivelamento, desde a data da integralização de tal Chamada até o dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada a ser integralizada pelo Cotista Subsequente; ou (b) o valor de fechamento da cota dos mercados, no dia imediatamente anterior à data de envio da Chamada a ser integralizada pelo Cotista Subsequente, conforme previsto nos respectivos Boletins de Subscrição e Compromissos de Investimento. ² Consulta prévia a cada assembleia geral do FIM Consolidador III para definir a orientação do voto a ser nela exercido pelo Fundo Onshore e pelo Fundo Offshore, de acordo com os termos e condições estabelecidos pelos seus regulamentos, observado que a deliberação derivada da Consulta Prévia gerará uma orientação de voto única para o Fundo Onshore e o Fundo Offshore na assembleia geral do FIM Consolidador III.

Jive Distressed III Onshore FIC-FIM | Características Gerais

Gestor	Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.¹
Administrador, Custodiante e Instituição Intermediária	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.²
Distribuidor	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.³
Prazo do Fundo	6 anos, contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador.
Período de Investimento	3 anos, contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador. ⁴
Público Alvo	Investidores Profissionais, que se enquadrem na definição de <i>Feeders</i> presente no respectivo Regulamento.
Política de Investimento	No mínimo 95% dos recursos do Fundo Onshore serão investidos em cotas do FIM Consolidador. A política de investimento do FIM Consolidador prevê a alocação em veículos de investimento que invistam nos ativos indicados na página 32 deste material.
Taxas de Administração, Performance, entrada e saída	Vide página 31
Chamadas de Capital	Ao receber uma chamada de capital, os investidores serão obrigados a integralizar, parte ou totalidade das cotas subscritas de acordo com os prazos e critérios previstos no Regulamento.

¹Sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.485, 17º andar, CEP 01452-002. ²Instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501 – Bloco I, 5º andar, CEP 22250-040. ³ Sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., n.º 700 – 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte), CEP 04542-000. ⁴O período que se encerra na primeira das seguintes datas: (i) 3 (três) anos contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador; ou (ii) após realização da última chamada de capital, a data da primeira integralização de cotas do fundo de investimento que venha a ser estruturado e gerido pelo gestor com o objetivo de suceder o FIM Consolidador em sua política de investimento, nos termos do Regulamento do Fundo Onshore.

Jive Distressed III Onshore FIC-FIM | Características Gerais

Período de Nivelamento	Vide página 33
Amortização	O Fundo Onshore não poderá realizar amortizações durante os 2 primeiros anos do Prazo do Fundo. Decorrido tal prazo, durante o Período de Investimento, as cotas poderão ser amortizadas a qualquer tempo, a exclusivo critério do Gestor. Após o Período de Investimento, as cotas deverão ser amortizadas (i) semestralmente ou, (ii) a qualquer tempo, se a distribuição total for (a) maior do que R\$ 10MM, ou (b) igual ou superior a 5% do PL na data da distribuição, o que for maior. Poderão ocorrer amortizações inferiores a estes valores na hipótese de o PL do Fundo Onshore ser inferior a R\$ 70MM.
Subscrição e Integralização	As cotas, que não serão admitidas à negociação na B3, serão totalmente subscritas pelos cotistas durante o Prazo de Distribuição e serão integralizadas durante o Período de Investimento, pelo preço de integralização, por meio de chamadas de capital, na forma prevista no Regulamento e no respectivo compromisso de investimento.
Classe do Fundo	Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado.
ANBIMA	Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico”. Suitability: Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3.
Condomínio	Condomínio fechado; portanto, não admite resgate de cotas, exceto no término do prazo, quando haverá sua liquidação, ou na hipótese de liquidação antecipada.
Tratamento Tributário	Busca o tratamento tributário de Longo Prazo. Vide a página 59 deste material e o Regulamento para tratamento tributário e fatores de risco relacionados.
Prazo de Distribuição	Até 180 dias, prorrogável nos termos da Instrução CVM 555, contado do dia útil seguinte à data de concessão do registro automático da Oferta pela CVM.
Valor Máximo da Oferta	Até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).
Valor Mínimo da Oferta	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Jive Distressed III FIM CP | Características Gerais

Gestor	Jive Asset Gestão de Recursos Ltda.¹
Administrador, Custodiante e Instituição Intermediária da oferta	Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.²
Distribuidor	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.³
Prazo do Fundo	6 anos, contados da data da primeira integralização de cotas do FIM Consolidador.
Período de Investimento	Vide página 35
Público Alvo	O Fundo Onshore e o Fundo Offshore.
Política de Investimento	A política de investimento do FIM Consolidador prevê a alocação em veículos de investimento que invistam nos ativos indicados na página 32 deste material.

¹ Sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.485, 17º andar, CEP 01452-002. ² Instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 501 – Bloco I, 5º andar, CEP 22250-040. ³ Sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., n.º 700 – 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte), CEP 04542-000.

Jive Distressed III FIM CP | Características Gerais

Limites de alocação	Vide página 32
Política de Investimento	Vide página 32
Investimentos no Exterior	Vide página 32
Taxas de Administração, Performance, entrada e saída	Vide página 31 Não serão devidas taxas de administração, performance, custódia, ingresso ou saída pelo FIM Consolidador.
Chamadas de Capital	Ao receber uma chamada de capital, os investidores serão obrigados a integralizar, parte ou totalidade das cotas subscritas de acordo com os prazos e critérios previstos no Regulamento.
Período de Nivelamento	Cotistas que subscreverem após a data da primeira integralização de recursos (Cotistas Subsequentes, nos termos do Regulamento) serão chamados a aportar capital até que os investimentos realizados sejam proporcionalmente iguais aos dos investimentos realizados pelos cotistas que aportaram recursos na integralização anterior (Cotistas Antecedentes, nos termos do Regulamento), e assim sucessivamente.
Amortização	Durante o Período de Investimento, as cotas serão amortizadas a qualquer tempo, a exclusivo critério do Gestor. Transcorrido o Período de Investimento, qualquer valor excedente no PL, após a constituição e manutenção da Reserva para Despesas, poderá, a critério do Gestor, ser utilizado para a amortização das cotas (<i>cash sweep</i>).
Subscrição e Integralização	As cotas, que não serão admitidas à negociação na B3, serão totalmente subscritas pelos cotistas durante o Prazo de Distribuição e serão integralizadas durante o Período de Investimento, pelo preço de integralização, por meio de chamadas de capital, na forma prevista no Regulamento e no respectivo compromisso de investimento.

Jive Distressed III FIM CP | Características Gerais

Classe do Fundo	Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado
ANBIMA	Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico”. Suitability: Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3.
Condomínio	Condomínio fechado; portanto, não admite resgate de cotas, exceto no término do prazo, quando haverá sua liquidação, ou na hipótese de liquidação antecipada.
Tratamento Tributário	Busca o tratamento tributário de Longo Prazo. Vide a página 59 deste material e o Regulamento para tratamento tributário e fatores de risco relacionados.
Prazo de Distribuição	Até 180 dias, prorrogável nos termos da Instrução CVM 555, contado do dia útil seguinte à data de concessão do registro automático da Oferta pela CVM.
Valor Máximo da Oferta	Até R\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais).
Valor Mínimo da Oferta	R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

APÊNDICE

Perfil dos sócios

ALEXANDRE CRUZ

Sócio-fundador responsável pela estratégia, monitoramento da concorrência e tecnologia da Jive. Começou a investir em ativos estressados quando começou a adquirir estruturas locais e créditos não performados de subsidiárias de clientes internacionais da Neointelligence, uma empresa de contabilidade e outsourcing financeiro para clientes corporativos em que foi sócio. Antes disso, Alexandre trabalhou na Ernst & Young e banco Santander. Ele é formado em economia pela Universidade de São Paulo (USP), direito na PUC-SP e MBA da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

GUILHERME FERREIRA

Sócio-fundador responsável pelas áreas de originação e estruturação de investimentos, Guilherme ingressou na Jive depois de 4 anos no Lehman Brothers, onde trabalhou inicialmente na mesa de renda fixa da América Latina em Nova York e depois como liquidante da operação do Lehman Brothers na América Latina. Antes de ingressar no mercado financeiro, Guilherme trabalhou como advogado com foco em direito empresarial por 7 anos no Brasil e em Nova York. Ele é formado em direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em direito (LLM) pela Columbia University em Nova York, onde recebeu a *James Kent Award* por graduar-se entre os melhores da sua turma.

MATEUS TESSLER ROCHA

Sócio responsável pela área de *Spec Opps & NPL Asset Management*, antes de entrar na Jive Mateus trabalhou nas áreas de fusões e aquisições, consultoria em finanças corporativas na Deloitte, *Private Equity* e *Venture Capital* como gestor de recursos na Invest Tech e DLM Invista. Ao longo da carreira, Mateus participou ativamente de cerca de 30 processos de M&A e acompanhou 12 investimentos de *Private Equity*. Advogado formado pelo Mackenzie, pós-graduado em finanças pelo INSPER.

MARCELO MARTINS

Sócio-fundador responsável pelo desenvolvimento de parcerias internacionais e co-investimentos. Antes de entrar na Jive, Marcelo trabalhou por 12 anos no segmento de *Private Equity* e Banco de Investimento, focando na originação, execução e monitoramento de transações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e no Brasil, tendo trabalhado na Axiom Capital Management, GP Investimentos e no banco Goldman Sachs. Ele também co-fundou a Spring Wireless, uma empresa de tecnologia que teve como investidores a Intel Capital, Goldman Sachs e o banco UBS. Marcelo tem um MBA em Harvard Business School e um diploma de engenharia elétrica pela Karlsruhe University (Alemanha) e UNICAMP (Brasil).

DIEGO FONSECA

Sócio responsável pelas áreas de *Real Estate*, *Investor Relations*, Finanças e Operações, Diego ingressou na Jive após 11 anos de atuação na Credit Suisse Hedging-Griffo (CSHG). Como *Managing Director* da CSHG foi COO e *Head of Products* para o *Private Banking*. Antes disso, atuou no *Corporate & Investment Bank* do ABN AMRO Bank no Brasil por 5 anos, após ter trabalhado na Rio Bravo Investimentos como analista de finanças estruturadas. É Bacharel em Administração de Empresas pela EAESP-FGV e Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Possui MBA em Banking pela Fundação Dom Cabral e pós-graduação em Direito Tributário pela EDESP-FGV.

EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS REALIZADOS¹

¹ pelo Fundo Jive I e/ou pelo Fundo Jive II.

Corporate NPL

1 PORTFÓLIO DE CORPORATE NPL DE BANCO INTERNACIONAL

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO Junho 2017

VALOR DE FACE R\$ 99,4MM

PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE 1,0%

TOTAL INVESTIDO R\$ 0,7MM

TIR ESPERADA¹ +36,0% a.a.

MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO¹ 4,9x

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

Banco encerrou a atividade no Brasil no ano de 2016 e vem liquidando seus ativos desde então

- Adquirido portfólio com 11 créditos
- Ticket* médio de R\$ 11,1MM
- Receita Bruta esperada: R\$ 4,7MM
- Receita Líquida esperada: R\$ 2,8MM
- Aging*² da carteira: 227,4 meses (até jun/20)

DESINVESTIMENTO | STATUS

RECEITA REALIZADA R\$ 4,4MM

RECEITA A REALIZAR R\$ 1,3MM

TIR REALIZADA 232% a.a.

MÚLTIPLO DE CAIXA REALIZADO 6,2x

¹ TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos a alterações. Rentabilidade não é Líquida de impostos. ² *Aging* da carteira com base na data da distribuição do processo. Fonte: Jive Investments, 2020.

Corporate Single Name

2 EMPRESA LISTADA

Preço Histórico por Ação



RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	1ª tranche: Ago/2017 2ª tranche: Set/2017
VALOR DE FACE	R\$ 62,0MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	R\$ 6,4MM
TOTAL INVESTIDO	R\$ 47,5 MM
TIR ESPERADA ¹	43,3% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	2,2x

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Empresa de capital aberto do setor metalúrgico
- A companhia reestruturou sua dívida comercial e bancária convertendo grande parte em ações da companhia
 - Por razões regulatórias, os credores queriam converter rapidamente em dinheiro
- A parte restante da dívida foi reperfilada com um prazo estendido
- Aquisição por aproximadamente 36% do preço da ação¹
- Estratégia de Recuperação: Venda de ações na Bolsa de Valores

DESINVESTIMENTO | HIGHLIGHTS

DATA DA VENDA	Março, Abril e Maio 2018
RECEITA REALIZADA	R\$ 12,8MM
TIR REALIZADA	156,7% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA REALIZADO	2,0x

¹ TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos a alterações. Rentabilidade não é líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2020.

Corporate Single Name

3 EMPRESA FALIDA

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Cadeia de lojas de departamento fundada na década de 1930
- Em 1990, após uma coleção de reformas econômicas, estabilização da inflação, disputas familiares e a criação malsucedida de um shopping center levaram o grupo à falência
- O crédito foi vendido durante o processo de falência
- O modelo de subscrição da Jive previu de maneira conservadora a venda do principal ativo da empresa por R\$ 44 milhões. Essa venda superou significativamente a previsão da Jive, totalizando R\$ 144 milhões
- Estrutura de *Upside Sharing*

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Maio 2017
VALOR DE FACE	R\$ 78,0MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	18,3%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 14,3MM
TIR ESPERADA ¹	+30,0% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	2,6x

DESINVESTIMENTO | HIGHLIGHTS

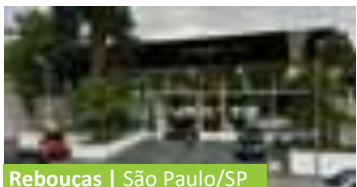
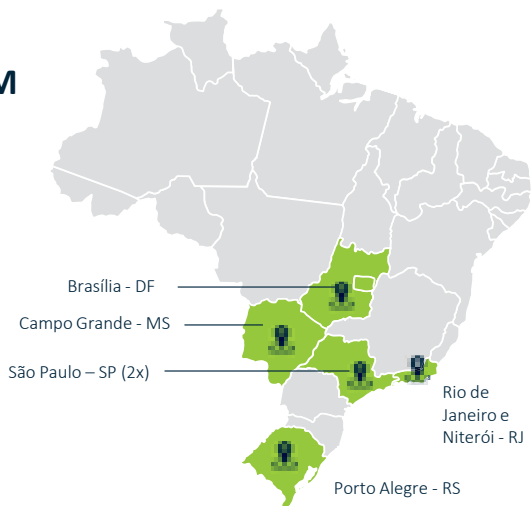
DATA DA VENDA	Outubro de 2018 e Junho de 2020
RECEITA REALIZADA	R\$ 49,3MM
TIR REALIZADA	83,0% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA REALIZADO	3,4x

¹ TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos à alterações. Rentabilidade não é líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2020.

Ativos *distressed* imobiliários

4 PORTFÓLIO DE BNDU DE UM DOS MAIORES BANCOS PRIVADOS BRASILEIROS

Bandeirantes¹ | São Paulo/SP



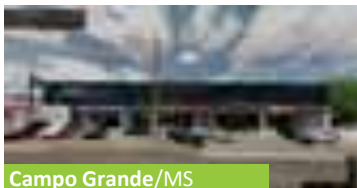
Rebouças | São Paulo/SP



Porto Alegre/RS



Niterói | Rio de Janeiro/RJ



Campo Grande/MS



Brasília/DF



Jacarepaguá | Rio de Janeiro/RJ

¹6 dos 7 imóveis já foram vendidos - Bandeirantes ainda está a venda

² TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos a alterações. Rentabilidade não é líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2020.

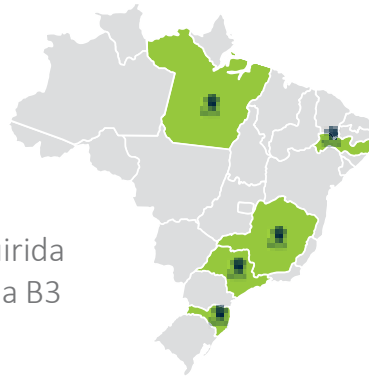
TESE DE INVESTIMENTO

- Portfólio de banco privado brasileiro com 7 terrenos e uma área média de 3.500m² (11.482 pés) obtido através de alienação fiduciária
- Imóveis usados como concessionárias de veículos
- Estratégia de locação e venda com *upside sharing*

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Outubro 2018
VALOR DE FACE	R\$ 97,3MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	46,2%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 44,9MM
TIR ESPERADA ²	+28,0% a. a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ²	1,3x

Ativos *distressed* imobiliários



TESE DE INVESTIMENTO

- Carteira de créditos imobiliários adquirida de incorporadora imobiliária listada na B3 em situação *distressed*
- Uma parte relevante dos créditos garantidos por imóveis foi adquirida por aproximadamente 40% do valor de mercado
- A empresa continua trabalhando para o fundo como prestadora de serviços no processo de recuperação dos créditos e como incorporadora de propriedades não concluídas
- Como acionista relevante da empresa, a Jive também está disposta a apoiar a empresa em se tornar um *player* relevante como prestador de serviços para ativos relacionados a imóveis para outros investidores, gestores de fundos, incorporadoras e bancos

¹ TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos a alterações. Rentabilidade não é Líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2020.

5 PORTFÓLIO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DE UMA DAS MAIORES INCORPORADORAS LISTADAS NA BOVESPA



Recife/PE



Ribeirão Preto/SP



São José/SC



Nova Lima/MG



Belém/PA

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Outubro 2018
VALOR DE FACE	R\$ 420,0MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	16,0%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 66,1MM
TIR ESPERADA ¹	+35,0% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	2,4x

Precatórios

6 PORTFÓLIO DE PRECATÓRIOS & DIREITOS CREDITÓRIOS

HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

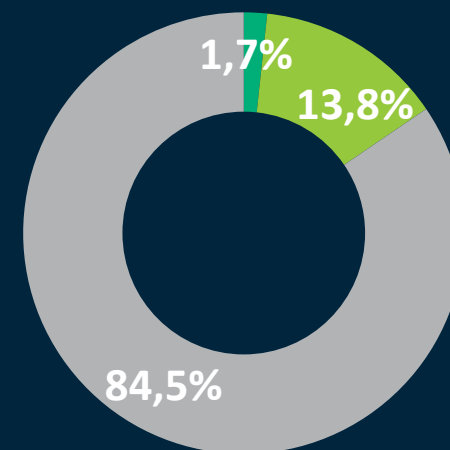
- Portfólio de 10 precatórios e direitos creditórios adquirido de banco brasileiro em situação *distressed*
- Investimento total de R\$ 300MM (R\$ 73,5MM Fundo Jive I)

TIPOS DE ATIVOS

- 7 precatórios federais
- 1 portfólio de precatórios estaduais
- 2 direitos creditórios em processo para se tornarem precatórios (pré-precatórios)

¹ Rentabilidade não é líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2020.

BREAKDOWN DO PORTFÓLIO



■ Precatórios estaduais ■ Precatórios federais ■ Direitos creditórios

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Dezembro 2015
VALOR DE FACE	R\$ 550,0MM
PREÇO PAGO EM % DO VALOR DE FACE	60%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 300,0MM (24,5% Jive FIM)
TIR REALIZADA ¹	+27,3% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA REALIZADO ¹	2,0x

Precatórios e direitos creditórios

7 DIREITO CREDITÓRIO DE EMPRESA INDUSTRIAL RELACIONADO A TESE DE UPS ELETROBRÁS



HISTÓRICO DA TRANSAÇÃO

- Crédito de empresa industrial contra a Eletrobrás relativo à diferença de atualização e juros de empréstimo compulsório
- Foi adquirida apenas a parte sem honorários advocatícios
- A previsão é de que sejam recebidos R\$ 10 milhões em 30 meses (maio/2022) e R\$ 40 milhões em 42 meses (maio/2023)

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO	Outubro de 2019
VALOR DE FACE	R\$ 42,1MM
PREÇO PAGO COMO %DO VALOR DE FACE	47,5%
TOTAL INVESTIDO	R\$ 20,0MM
TIR ESPERADA ¹	+30% a.a.
MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO ¹	2,3x

¹ TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos a alterações. Rentabilidade não é líquida de impostos. Fonte: Jive Investments, 2020.

Cotas de consórcio

8 COTAS DE CONSÓRCIO
CANCELADAS²

R\$ 252,9bi

Volume de cotas canceladas no mercado

RESUMO DO INVESTIMENTO

DATA DO INVESTIMENTO Desde outubro 2017³

VALOR DE FACE R\$ 158,6MM

PREÇO PAGO COMO % DO VALOR DE FACE 53%

INVESTIMENTO R\$ 80,3MM

TIR ESPERADA¹ +21,7% a.a.

MÚLTIPLO DE CAIXA ESPERADO¹ 1,7x

¹ TIR e Múltiplo de Caixa esperados são baseados nas estimativas e suposições atuais de Jive e estão sujeitos a alterações. Rentabilidade não é líquida de impostos. ² Cotas excluídas de um grupo de consórcio devido à decisão de retirada do cotista ou ao não cumprimento das obrigações financeiras contratuais. ³ investimento inicial realizado no Fundo Jive I. Fonte: Jive Investments, 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO | RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RESULTADOS FUTUROS
Leia os Regulamentos antes de aceitar as ofertas públicas, especialmente os capítulos sobre os fatores de risco.

50

Top 10 Administradores de Consórcios

Administrador		Cotas ativas	Cotas excluídas	Volume sob Gestão (R\$ bi)
1	Bradesco Adm.	346.492	385.207	76,9
2	Itaú Adm.	85.048	247.211	58,1
3	Caixa Consórcios	95.408	82.962	42,3
4	Embracon Adm.	74.190	181.040	40,4
5	Porto Seguro Adm.	113.068	86.343	37,1
6	Rodobens Adm.	53.997	55.574	23,0
7	Ademilar Adm.	47.347	43.710	18,0
8	BB Consórcios	63.806	40.040	17,1
9	HS Adm.	59.271	46.356	16,9
10	Remaza Adm.	10.770	34.839	10,7
TOTAL DO MERCADO		1.244.671	3.173.830	462,6

Fonte: Banco Central do Brasil, Abril 2020.



Case study | venda de ativos



TIR realizada
+30,9% a.a.

Múltiplo de Caixa realizado
1,92x

Alinhamento da duração do investimento vs. duração do Fundo

Validação do mercado secundário de Precatórios e Direitos Creditórios em estágio avançado

Timing do bom momento do mercado de direitos creditórios



Fatores de Risco

Os fatos mencionados abaixo, dentre outros, poderão acarretar perdas patrimoniais a cada Fundo, e impactar adversamente a rentabilidade dos cotistas. Cada Investidor deve analisá-los cuidadosamente. Definições e regras adicionais constam do respectivo regulamento, cuja leitura completa é necessária antes da decisão de investimento.

Risco de Mercado:

Na tentativa de atingir seus objetivos de investimento, o Fundo pode incorrer em riscos de mercado, aqui entendidos como variações adversas dos preços dos ativos, e que, eventualmente, podem produzir perdas para o Fundo;

Descontinuidades de preços (*price jump*): os preços dos ativos financeiros do Fundo podem sofrer alterações substanciais e imprevistas em função de eventos isolados, podendo afetar negativamente o Fundo; e

Essas variações adversas podem vir por motivos macroeconômicos (por exemplo, mudança de cenário político e crises internacionais) ou motivos microeconômicos (por exemplo, informações incorretas divulgadas por empresas).

Risco das Aplicações de Longo Prazo: O Fundo poderá investir em títulos de longo prazo para os fins da regulamentação tributária em vigor. A manutenção de títulos longos nas carteiras do Fundo pode causar volatilidade no valor da Cota do Fundo em alguns momentos, podendo, inclusive, ocasionar perdas aos Cotistas.

Risco do Uso de Derivativos: O Fundo poderá realizar operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, ou para redução de exposição aos seus ativos e/ou aos ativos detidos pelos Fundos Investidos Consolidador III, nos termos da regulamentação aplicável. Tais estratégias podem ter um desempenho adverso, resultando em perdas patrimoniais para os Cotistas.

Risco de Crédito: Os ativos nos quais o Fundo investe oferecem risco de crédito, definido como a probabilidade da ocorrência do não cumprimento do pagamento do principal e/ou do rendimento do ativo. Este risco pode estar associado tanto ao emissor do ativo (capacidade do emissor de honrar seu compromisso financeiro) bem como a contraparte (instituição financeira, governo, mercado organizado de bolsa ou balcão, etc.) de fazer cumprir a operação previamente realizada.

O adimplemento das obrigações previstas nos Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses está sujeito à capacidade de seus emissores, devedores e/ou coobrigados de honrar os respectivos compromissos de pagamento, inclusive de juros e principal e, ainda, ao sucesso das estratégias judiciais e extrajudiciais de cobrança implementadas pelo Gestor. Alterações nas condições financeiras dos emissores, devedores e/ou coobrigados dos Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, o insucesso das estratégias de cobrança, assim como alterações nas condições econômicas, setoriais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez de tais ativos.

Risco do Investimento no Exterior: O Fundo poderá manter em sua carteira ativos financeiros negociados no exterior ou adquirir cotas de fundos que invistam no exterior. Consequentemente, sua performance pode ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais ele invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos do Fundo estarão expostos a alterações nas condições política, econômica ou social nos países onde investe, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos.

Risco de Liquidez: O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate de suas Cotas, exceto quando da amortização integral de suas Cotas e/ou liquidação do Fundo, fator este que pode influenciar na liquidez das Cotas, quando de sua eventual negociação no mercado secundário. Além disso, os fundos de investimento que investem direta ou indiretamente em ativos distressed têm um mercado secundário reduzido, de forma que os Cotistas poderão ter dificuldades para vender suas Cotas.

Fatores de Risco

Risco de Concentração: Os Fundos Investidos Consolidador III poderão investir até 100% (cem por cento) da totalidade do capital subscrito pelos Cotistas no Fundo, ou do Patrimônio Líquido, o que for maior no momento da aquisição, conforme aplicável, em Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em uma única ou em poucas modalidades de ativos, emissores, devedores e/ou coobrigados.

Política de Administração dos Riscos: O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

COVID 19:

A Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), em 11 de março de 2020. Para conter seu avanço, governos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, adotaram, em níveis diferentes, medidas que incluem restrição, total ou parcialmente, à circulação de pessoas, bens e serviços (públicos e privados, inclusive jurisdicionais, com limitação da atividade forense e suspensão de prazos processuais, e serviços relativos a cartórios de notas, títulos e documentos e registro de imóveis), bem como ao desenvolvimento de determinadas atividades econômicas, inclusive fechamento de determinados estabelecimentos privados e repartições públicas. Adicionalmente, os governos têm atuado, mais fortemente, em suas economias, inclusive por meio de regulações e disponibilidade de liquidez, em resposta aos impactos econômicos derivados do avanço da pandemia.

Esses eventos poderão ter efeito negativo e significativo sobre a economia mundial e, em especial, o Brasil, e incluem ou podem incluir: **(i)** redução no nível de atividade econômica; **(ii)** desvalorização cambial; **(iii)** aumento do déficit fiscal e redução da capacidade da Administração Pública de realizar investimentos, realizar pagamentos e contratar serviços ou adquirir bens; **(iv)** diminuição da liquidez disponível no mercado internacional e/ou brasileiro; e **(v)** atrasos em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, sobretudo aqueles que não são eletrônicos.

Nesse cenário, é possível haver redução ou inexistência de demanda pelos ativos investidos direta ou indiretamente pelo Fundo nos respectivos mercados, devido à iliquidez que lhes é característica, da ausência de mercados organizados para sua negociação ou precificação e/ou de outras condições específicas.

Os institutos de caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão, se adotados pelos agentes econômicos e reconhecidos por decisões judiciais, arbitrais e/ou administrativas, terão o objetivo de eliminar ou modificar os efeitos do inadimplemento ou as condições originais de determinados negócios jurídicos, com frustração da expectativa das contrapartes em receber os valores, bens ou serviços a que fizeram jus, em prazo, preço e condições originalmente contratados.

Considerando que a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) terá impacto significativo e adverso nos mercados globais, em particular no Brasil, é possível que as contrapartes dos ativos investidos direta ou indiretamente pelo Fundo venham a alegar a ocorrência de caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão, ou eventos com efeito similar, com o objetivo de suspender, eliminar, prorrogar ou modificar suas prestações, ou mitigar os efeitos de mora e inadimplemento, inclusive a cobrança de encargos contratuais, em face dos Fundos Investidos Consolidador III. Se esta alegação for aceita, total ou parcialmente, por decisões judiciais, arbitrais e/ou administrativas, os Fundos Investidos Consolidador III poderão sofrer alterações no conteúdo, prazo ou exigibilidade, das prestações contratadas a que fizer jus no âmbito dos ativos, em comparação com o prazo, o preço e as condições originalmente contratados, ou mesmo a extinção destas prestações, com impacto significativo e adverso na estratégia do Fundo e, consequentemente, no investimento dos Cotistas.

Finalmente, a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) poderá exigir dos governos o deslocamento de recursos para a contenção dos impactos causados pelo COVID-19, com aumento do substancial do déficit fiscal, do risco de crédito dos integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, e da sua capacidade de realizar investimentos programados, planejar novos, efetuar pagamentos e contratar serviços ou adquirir bens. Considerando que estes integrantes da Administração Pública são devedores dos Precatórios e/ou Pré-Precatórios, que fazem parte da estratégia de investimento dos Fundos Investidos Consolidador III, há o risco de: **(i)** iniciativas legislativas no sentido de suspender, prorrogar, criar parcelamentos obrigatórios ou limitar o pagamento anual de Precatórios; e/ou **(ii)** haver aumento de inadimplência ou do prazo para pagamento dos valores a que os Fundos Investidos Consolidador III fizeram jus, sobretudo para fazer frente a desembolsos exigidos para conter os impactos da pandemia, hipótese em que os Fundos Investidos Consolidador III poderão ver limitados os recursos jurídicos para a cobrança e recebimento dos Precatórios, afetando negativamente a rentabilidade do Fundo e, consequentemente, dos Cotistas.

Fatores de Risco

Risco de liquidez e flutuação de valor dos Ativos Distressed: Os Ativos Distressed poderão apresentar liquidez reduzida em relação aos demais ativos investidos indiretamente pelo Fundo, tendo em vista o mercado no qual são comercializados. Ainda, o valor dos Ativos Distressed poderá aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços, cotações de mercado e eventuais avaliações realizadas. Em caso de queda do valor dos Ativos Distressed, o Patrimônio Líquido pode ser afetado negativamente, impactando de forma adversa a rentabilidade das Cotas.

Risco de execução das garantias: As estratégias de investimento e/ou recuperação, conforme o caso, dos Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses integrantes da carteira dos Fundos Investidos Consolidador III poderão envolver a execução ou cobrança judicial dos títulos representativos de tais ativos. Quaisquer dificuldades na execução de tais títulos poderão impactar negativamente na estratégia do Fundo e, consequentemente, no investimento dos Cotistas.

Ainda, há o risco de o juízo responsável pela avaliação da execução da garantia entenda que seu objeto seja essencial ao desenvolvimento e à manutenção das atividades do emissor, devedor, coobrigado ou, ainda, terceiro garantidor, sobretudo quando tais devedores se encontrarem em Situação Distressed. Ainda, na hipótese de falência do garantidor, o Fundo Investido Consolidador III, a depender da modalidade de garantia, ficará impedido de excutir a garantia e alienar o bem objeto da garantia, sendo obrigado a sujeitar-se a concurso de credores previsto em legislação falimentar. Nesta situação, o Fundo Investido Consolidador III ficará impedido, total ou parcialmente, ainda que de forma temporária, de obter recursos a partir da alienação do bem objeto da garantia, em prazo, preço e condições desejados, que muitas vezes é o mecanismo planejado pelo Gestor para atingir a liquidez pretendida na aquisição do ativo. Esse fator pode, consequentemente, prejudicar o pagamento de amortização aos Cotistas, nos valores e prazos estimados.

Risco de cobrança de taxas de juros contratadas: O Poder Judiciário brasileiro tem proferido decisões no sentido de que, quando há cessão de crédito por instituições financeiras para fundos de investimento em direitos creditórios – que serão, indiretamente, objeto de investimento pelo Fundo –, os juros por eles cobrados estariam sujeitos à Lei da Usura, a qual veda a estipulação de juros superiores ao dobro da taxa legal em contratos celebrados por instituições não financeiras. Nestas decisões, afirma-se que aplicar-se-ia o artigo 591 do Código Civil Brasileiro, que veda a cobrança de juros acima da taxa legal definida em seu artigo 406. A legislação atualmente em vigor não define expressamente qual a "taxa legal" a que se referem a Lei da Usura e o Código Civil Brasileiro, podendo ela ser o percentual de 12% (doze por cento) ao ano, ou a SELIC, que é a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. Assim, a cobrança de juros remuneratórios incidentes sobre os ativos investidos direta ou indiretamente pelo Fundo, acima da "taxa legal", poderia ser questionada com base no argumento de que os fundos de investimento não são instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme decisões judiciais recentes. Caso se entenda que a cobrança dos ativos pelo Fundo, ou por seus fundos investidos, conforme o caso, na qualidade de adquirentes, está, de fato, sujeita às disposições da Lei da Usura e do artigo 591 do Código Civil Brasileiro, a expectativa do valor de cobrança do ativo e, consequentemente, a rentabilidade do Fundo, seriam substancialmente reduzidas, com impacto sobre o retorno do investimento pelos Cotistas.

Risco de decisões em assembleias de credores serem contrárias aos interesses do Fundo: É possível que o Fundo venha a, indiretamente, adquirir ativos cuja classificação, em um cenário de insolvência, não o habilite a exercer, plenamente, conforme o caso, seus direitos, seja porque sua posição é minoritária no âmbito da classe a que pertença, ou porque a prioridade de seu crédito é inferior à de outros habilitados no âmbito do procedimento de insolvência. Na primeira situação, ainda que vote contrariamente a eventual deliberação, ou se abstenha, o Fundo será vinculado à decisão dos credores que sejam titulares da maioria votante, com possíveis mudanças nos ativos em razão de decisões vinculantes aos participantes de determinada classe ou grupo de credores, inclusive liberação ou redução de garantias, reperfilamento de créditos e repactuação de cronograma ou condições de pagamento, conforme previstos em plano de recuperação judicial ou extrajudicial aprovado pelos credores e homologado pelo juízo. Na segunda, a prioridade atribuída por lei a determinados créditos pode fazer com que o Fundo veja o horizonte de recuperação de seu investimento estender-se ou ficar impossibilitado, total ou parcialmente, dada a ausência de bens suficientes à satisfação da totalidade dos credores, mesmo os que preferem o Fundo no respectivo recebimento.

Tais situações poderão ter impactos negativos relevantes para o Fundo e sua rentabilidade, bem como para o Cotista.

Fatores de Risco

Risco de exposição a investimento em participações societárias (equity): Com relação às sociedades emissoras dos Ativos Distressed, dos Ativos Oportunísticos, dos Ativos Novas Teses e/ou dos Ativos Recuperados, das quais os Fundos Investidos Consolidador III poderão passar a ser sócios ou acionistas, não há garantias de: **(i)** bom desempenho; **(ii)** solvência; **(iii)** continuidade de suas atividades; **(iv)** liquidez para a alienação dos Ativos Distressed, dos Ativos Oportunísticos, dos Ativos Novas Teses e/ou dos Ativos Recuperados; e **(v)** valor esperado na alienação dos Ativos Distressed, dos Ativos Oportunísticos, dos Ativos Novas Teses e/ou dos Ativos Recuperados. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados do Fundo. Os pagamentos relacionados aos Ativos Distressed, dos Ativos Oportunísticos, dos Ativos Novas Teses e/ou dos Ativos Recuperados de emissão de tais sociedades, como dividendos, juros e outras formas de remuneração, podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva sociedade e outros fatores.

Adicionalmente, não obstante a personalidade jurídica atribuída a sociedades investidas e a separação patrimonial dela derivada, podem ocorrer situações em que o Fundo seja demandado, inclusive no âmbito de demandas de natureza ambiental, trabalhista e previdenciária, a desembolsar recursos para satisfazer obrigações da própria sociedade investida ou de terceiros, muitas vezes sem nexo de causalidade ou mesmo que a Lei da Liberdade Econômica tenha: **(i)** reforçado tal separação patrimonial e imposto requisitos adicionais para a desconsideração da personalidade jurídica; e **(ii)** permitido a limitação de responsabilidade de cotistas em fundos de investimento, conforme vier a ser regulamentada pela CVM. Nestes casos, há risco, inclusive, de os investidores do Fundo, se seu patrimônio líquido tornar-se negativo, terem de desembolsar recursos para fazer frente a tais demandas, não obstante a permissão para limitação de responsabilidade dos cotistas, acima mencionada.

Recuperabilidade e liquidez dos ativos dependem do avanço dos processos: Os Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses podem ter origem em, ou referir-se a bens oriundos de discussões no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos. Em razão disso, os ritos processuais adotados em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem não acompanhar o Prazo do Fundo, prejudicando ou mesmo obstando o recebimento dos valores referentes aos referidos ativos adquiridos.

Riscos relacionados à existência de contingências nos Ativos Distressed Imobiliários: Os Fundos Investidos Consolidador III podem adquirir Ativos Distressed Imobiliários que contenham ônus, inclusive gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza, conforme a própria definição de “Ativos Distressed Imobiliários”. Tais ônus poderão resultar em restrições ao pleno exercício, pelos Fundos Investidos Consolidador III, do seu direito de propriedade sobre os respectivos Ativos Distressed Imobiliários e gerar contingências negativas, inclusive as de natureza pecuniária ou não-pecuniárias, para os próprios fundos, ou de natureza criminal, para os prestadores de serviços dos Fundos Investidos Consolidador III ou os sócios e administradores de tais prestadores de serviços. Dessa forma, os Fundos Investidos Consolidador III podem ser demandados a desembolsar recursos em razão destas contingências, além de não haver garantia de que os Fundos Investidos Consolidador III poderão exercer plenamente, a qualquer momento, todos os direitos e garantias associados à propriedade dos referidos Ativos Distressed Imobiliários. Tais situações poderão ter impactos negativos relevantes para o Fundo e sua rentabilidade, bem como para os Cotistas.

Risco de responsabilidade objetiva por questões dos imóveis e dívidas que acompanham os imóveis: De acordo com a legislação brasileira, certas obrigações relacionadas a bens imóveis têm natureza real sendo, em decorrência disso, transmitidas ao sucessor dos bens imóveis. Entre tais obrigações, incluem-se as de natureza ambiental e de natureza tributária.

Tendo em vista a possibilidade de investimento em Ativos Distressed Imobiliários localizados em qualquer parte do território nacional, eventuais contingências ambientais, ainda que decorrentes de fatos ocorridos antes da aquisição dos Ativos Distressed Imobiliários pelos Fundos Consolidador III, podem implicar responsabilidades pecuniárias (indenizações e multas por prejuízos causados ao meio ambiente) para o respectivo fundo, tendo em vista a caracterização de obrigações relativas a danos ambientais como obrigações que são transmitidas aos sucessores.

Da mesma forma, podem os Fundos Investidos Consolidador III ser responsabilizados por obrigações tributárias, como aquelas relacionadas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e às taxas condominiais, conforme o caso, decorrentes de fatos ocorridos em momento anterior à aquisição dos Ativos Distressed Imobiliários.

Desse modo, os Fundos Investidos Consolidador III poderão ser responsabilizados por obrigações inadimplidas pelos antigos proprietários dos Ativos Distressed Imobiliários, respondendo objetivamente pelo passivo em questão, inclusive perante o Judiciário e autoridades administrativas, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade das Cotas.

Fatores de Risco

Risco de dificuldades no término de construções, retrofits etc.: Os Fundos Investidos Consolidador III poderão ter como estratégia de investimento a aquisição de Ativos Distressed Imobiliários que demandem a conclusão das obras e reformas. Tais obras a serem eventualmente implementadas dependem, entre outros fatores, de condições atmosféricas, geológicas, regulatórias e operacionais favoráveis que lhes sejam favoráveis, além da capacidade de execução e coordenação destas atividades pelo Gestor e/ou pelo consultor especializado contratado. Assim, diante de condições desfavoráveis, a conclusão das obras pode atrasar por períodos indeterminados. Além disso, os imóveis que estiverem em fase de reforma estarão sujeitos aos riscos regularmente associados às atividades de construção no setor imobiliário, dentre os quais figuram, sem limitação: **(i)** mudanças no cenário macroeconômico capazes de comprometer o sucesso de tal imóvel, tais como desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, restrições à concessão de crédito imobiliário a mutuantes, flutuação da moeda e instabilidade política; **(ii)** alteração de projeto; **(iii)** despesas ordinárias e custos operacionais, que podem exceder a estimativa original por fatores diversos, fora do controle do Gestor; **(iv)** possibilidade de interrupção de fornecimento ou falta de materiais e equipamentos de construção, ou, ainda, fatos decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, gerando atrasos na conclusão das reformas; e/ou **(v)** não obtenção de autorização à reforma por razões condominiais. Em qualquer hipótese, o atraso na finalização ou até inviabilidade do imóvel poderá afetar adversamente as atividades dos Fundos Investidos Consolidador III e, consequentemente, os resultados do Fundo.

Risco de divergência e/ou alteração na interpretação do Judiciário quanto aos fatos e fundamentos jurídicos: Salvo poucas hipóteses expressamente previstas em Lei, em regra, vigora o livre convencimento de magistrados em relação às questões de fato e de direito debatidas em processos judiciais, ainda que tais questões tenham sido decididas pelos Tribunais Superiores. Não há garantia de que os juízes e Tribunais responsáveis pela condução e pelo julgamento dos processos envolvendo os Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses sigam eventuais entendimentos fixados em instâncias superiores. Desta forma, cada demanda poderá ser interpretada de forma única, a depender dos fatos, acervo probatório e fundamentos jurídicos inerentes a cada caso, de forma que não há garantia de que os fundos obterão resultados favoráveis em tais demandas, mesmo quando muito similares a demandas anteriores nas quais foi obtido sucesso. Isso poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Cotistas, ou prolongação dos processos em tempo superior ao estimado pelo Gestor em razão da necessidade de adoção de medidas jurídicas para conformação da decisão proferida nos processos envolvendo os Ativos Distressed, Ativos de Crédito, Ativos Oportunísticos e/ou Ativos Novas Teses.

Risco de ação rescisória: O ordenamento jurídico brasileiro prevê a admissibilidade da ação rescisória, nos termos da legislação aplicável. Eventual suspensão dos efeitos das sentenças que tenham garantido a recuperação de ativos, bem como a rescisão destas decisões, poderá modificar o fluxo de pagamentos relacionados aos investimentos a tais ativos, notadamente Precatórios e Pré-Precatórios, afetando negativamente o desempenho do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Risco de inadimplência de integrantes da Administração Pública: Os Fundos Investidos Consolidador III poderão adquirir Precatórios e Pré-Precatórios, investir em instrumentos de captação por eles garantidos ou, ainda, de qualquer outra forma, estar sujeitos ao seu desempenho, de forma que o sucesso de tais investimentos dependerá, em especial, da solvência dos integrantes da Administração Pública, a qual pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia e política brasileira e internacional. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses fatores, há risco de medidas legislativas que resultem na suspensão, moratória, parcelamento, prorrogação de prazo ou imposição de limites de pagamento, bem como poderá haver o aumento da inadimplência dos Precatórios e Pré-Precatórios, hipótese na qual os Fundos Investidos Consolidador III terão restritas as medidas jurídicas para a recuperação do Precatório, afetando negativamente seus resultados do Fundo e/ou provocando perdas patrimoniais.

Fatores de Risco

Alteração de regras sobre precatórios: Os Precatórios são pagos de acordo com a ordem cronológica. Não há como assegurar que a ordem de recebimento dos precatórios será observada. Também não há como garantir que os devedores de tais Precatórios terão recursos suficientes para honrar todos os seus Precatórios, inclusive os adquiridos pelos Fundos Investidos Consolidador III.

Adicionalmente, a Emenda Constitucional n.º 64, de 4 de fevereiro de 2010, alterou o artigo 100 da Constituição Federal e criou o artigo 97 da ADCT. Dentre outros assuntos, o artigo 97 da ADCT estabeleceu o regime especial para Estados, Distrito Federal e Municípios em mora no pagamento dos precatórios, por meio do qual o Poder Executivo deve optar por um dos seguintes regimes: regime de prazo determinado de até 15 (quinze) anos do saldo dos precatórios devidos, acrescido de remuneração da poupança, ou regime de comprometimento mínimo de valores, sem prazo determinado. Por este segundo regime, os Estados e o Distrito Federal destinarão ao pagamento de precatórios, no mínimo, entre 1,5% (um e meio por cento) a 2% (dois por cento) e os Municípios entre 1% (um por cento) e 1,5% (um e meio por cento) do valor da sua receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do pagamento. Além disso, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados devem ser utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação. Nos termos do §8º do artigo 97 da ADCT, o valor restante deverá ser utilizado pelo Poder Executivo em outras três formas de liquidação de precatórios, que poderão ser aplicadas isolada ou simultaneamente, quais sejam, leilões de resgate com deságio, pagamento a vista em ordem única e crescente de valor ou acordo direto com credores.

Não obstante, as Emendas Constitucionais n.º 94, de 15 de dezembro de 2016, e nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que também alteraram o artigo 100 da Constituição Federal e criaram os artigos 101 a 105 da ADCT, dentre outras alterações, implementaram o regime especial para Estados, Distrito Federal e Municípios em mora no pagamento dos precatórios, dedicaram valores mínimos do orçamento dos entes federativos para o pagamento dos precatórios, estabeleceram o prazo final de 2024 para que os pagamentos dos precatórios estejam finalmente ajustados, criaram formas adicionais de pagamento dos Precatórios com o uso de depósitos judiciais, possibilitaram a tomada de empréstimos pelos entes federativos desvinculados da lei de responsabilidade fiscal para quitação de Precatórios, permitiram o pagamento de Precatórios fora da ordem orçamentária com descontos de até 40%, possibilitaram o pagamento dos precatórios pequenos em detrimento da ordem cronológica, priorizaram o pagamento dos Precatórios alimentícios pertencentes a detentores com doenças terminais ou idosos, impôs parcelamento compulsório de determinados precatórios entre outras metodologias.

Dessa forma, a depender dos Precatórios a que o Fundo indiretamente estiver exposto, não há como garantir a ordem de pagamento, nem se o valor disponibilizado na conta, será suficiente para o pagamento do Precatório adquirido.

Ainda, não há garantia de que não será promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando novamente as condições de pagamento de Precatórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos direitos creditórios originados de precatórios judiciais poderá afetar negativamente o desempenho do Fundo.

Risco de o Judiciário autorizar compensação de créditos de que o ente da federação é titular em face do cedente, com os Precatórios adquiridos: Há decisões judiciais que autorizam a Administração Pública a promover a compensação, total ou parcial, dos valores a que esta fizer jus em face do titular (original ou adquirente) de precatórios, com redução do valor recuperável por ele estimado. Se os Fundos Investidos Consolidador III vierem a ser impactados por decisões desta natureza, haverá redução do valor recuperável estimado pelos Fundos Investidos Consolidador III com relação aos Precatórios de que forem titulares, com modificação do seu fluxo de pagamentos e impacto negativo sobre o desempenho do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Tributação

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste material e tem por objetivo descrever em linhas gerais o tratamento tributário aplicável aos cotistas e ao Fundo. Pode haver exceções e tributos adicionais, motivo pelo qual os cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo. O Fundo estará sujeito à seguinte tributação:

Imposto de Renda (“IR”): os rendimentos, ganhos líquidos ou de capital auferidos pela carteira do Fundo são isentos de IR; e

Imposto sobre Operações Financeiras com Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/TVM”): estão sujeitos à incidência do IOF/TVM as operações da carteira do Fundo com títulos e valores mobiliários, atualmente à alíquota de 0% (zero por cento). Essa alíquota pode ser majorada pelo Poder Executivo, a qualquer tempo, até o percentual máximo de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio (“IOF/Câmbio”): as operações de conversões de moeda estrangeira para moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas em razão de investimentos realizados pelo Fundo, estarão sujeitas à incidência de IOF/Câmbio. Atualmente, as operações de câmbio, para remessas e ingressos de recursos, relativas às aplicações de fundos de investimento no mercado internacional, nos limites e condições fixados pela CVM, estão sujeitas à alíquota de 0% (zero por cento) de IOF/Câmbio. Essa alíquota pode ser majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente às transações ocorridas após este eventual aumento.

Os cotistas estarão sujeitos à seguinte tributação:

O IR aplicável aos Cotistas tomará por base 3 (três) eventos financeiros que caracterizam a obtenção de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação:

Liquidação das Cotas: na situação de liquidação de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor liquidado e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada, para fins tributários, como de: **(i)** longo prazo, sendo aquela cujos títulos tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; ou **(ii)** curto prazo, sendo aquela cujos títulos tenham prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. O cálculo do prazo médio, ao seu turno, deve seguir os preceitos para tanto tal qual previstos na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (“IN/RFB”) 1.585/2015.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, os cotistas do Fundo serão tributados pelo IRF segundo as seguintes alíquotas regressivas: **(a)** 22,5% (vinte e dois e meio por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; **(b)** 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; **(c)** 17,5% (dezessete e meio por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e **(d)** 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias. O IR será retido pela administradora do Fundo.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, haverá a incidência do IR na fonte segundo as seguintes alíquotas regressivas: **(a)** 22,5% (vinte e dois e meio por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e **(b)** 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias. O IR será retido pela administradora do Fundo.

Tributação (cont.)

Cessão ou alienação das Cotas: (i) Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas por pessoa física, em transações, dentro ou fora de bolsa, deverão ser oferecidos à tributação do IR, pago pelo próprio cotista, às seguintes alíquotas: (a) 15% sobre a parcela dos ganhos que não ultrapassar R\$ 5.000.000,00; (b) 17,5% sobre a parcela dos ganhos que exceder R\$ 5.000.000,00 e não ultrapassar R\$ 10.000.000,00; (c) 20% sobre a parcela dos ganhos que exceder R\$ 10.000.000,00 e não ultrapassar R\$ 30.000.000,00; e (d) 22,5% sobre a parcela dos ganhos que ultrapassar R\$ 30.000.000,00. Em transações dentro de bolsa, deverão ser oferecidos à tributação do IR, pago pelo próprio cotista, às alíquotas regressivas de 22,5% a 15% (quinze por cento), conforme o prazo de investimento e a carteira do Fundo; (ii) Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas por pessoa jurídica, em operações dentro ou fora de bolsa, deverão ser tributados pelo IR como “ganho líquido” às alíquotas regressivas de 22,5% a de 15% como antecipação do IR devido pela pessoa jurídica no final do período de apuração, sendo apurado e pago pelo cotista; (iii) Na hipótese de alienação de cessão ou alienação de Cotas em bolsa, o valor da alienação ficará sujeito à incidência do IR na fonte apurado à alíquota de 0,005%, a ser retido pela fonte pagadora.

Amortização das Cotas: no caso de amortização de Cotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas quanto à hipótese de liquidação das Cotas, definidas em função do prazo do investimento do respectivo cotista do Fundo.

Não há garantia de que será aplicável ao Fundo o tratamento tributário dos fundos de longo prazo.

O IR incidente sobre os rendimentos ou ganhos do Fundo, bem como sobre a alienação ou resgate de Cotas, serão considerados: (i) antecipação do devido na declaração, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado; ou (ii) tributação exclusiva ou definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica tributada pelo Simples Nacional.

IR dos Cotistas caracterizados como investidores estrangeiros:

para investidores estrangeiros em geral: sujeitam-se às mesmas regras tributárias aplicáveis às pessoas físicas residentes no Brasil;

para investidores estrangeiros que invistam por meio dos mecanismos autorizados pelo CMN, desde que não residam países com tributação favorecida, tais como definidos em legislação e regulamentação em vigor sobre o tema: (i) em relação aos rendimentos auferidos com a liquidação ou amortização de Cotas, sujeitam-se à alíquota de 15%; e (ii) em relação aos ganhos de capital auferidos com a cessão ou alienação de cotas, sujeitam-se às alíquotas progressivas de 15% a 22,5%, no caso de alienação de Cotas fora de bolsa por pessoa física, e à alíquota de 15% (quinze por cento), para pessoa física ou jurídica na alienação de Cotas em bolsa;

no caso de Cotistas não residentes que não realizem o investimento de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN, ou que estejam situados em país com tributação favorecida: (i) em relação aos rendimentos auferidos com a liquidação ou amortização de cotas, sujeitam-se às alíquotas regressivas de 22,5% a 15%; e (ii) em relação aos ganhos de capital auferidos com a cessão ou alienação de Cotas, sujeitam-se às alíquotas progressivas de 15% a 22,5% no caso de alienação de Cotas em bolsa; e à alíquota de 25% no caso de alienação por não residentes situados em país com tributação favorecida de Cotas fora de bolsa; e

em todos os casos, o IR dos investidores estrangeiros, quando cabível, deve ser retido pela fonte pagadora dos rendimentos assim tributados.

IOF/Câmbio: No caso de Cotista não residente, as operações de câmbio relacionadas ao investimento ou desinvestimento no Fundo gerarão a incidência do IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio encontra-se reduzida a zero no caso das operações para ingresso para aquisição das Cotas do Fundo, bem como para retorno dos recursos investidos. A alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), contudo, a alíquota majorada será cobrada apenas com relação ao fato gerador que ocorrer após a entrada em vigor da alíquota majorada.

Poderá haver incidência de outros tributos (i.e., IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) ou aplicação de regras de tributação específicas além daquelas acima comentadas, a depender do regime a que esteja submetido cada Cotista, que deverá consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica que sofrerá enquanto Cotista do Fundo.

Análise comparativa

	Fundo Jive I	Fundo Jive II
Classificação Anbima	<p><u>Tipo</u>: Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico”.</p> <p><u>Suitability ANBIMA</u>: Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3</p>	<p><u>Tipo</u>: Nível 1 como “Multimercado”, no Nível 2 como “Alocação” e no Nível 3 como “Dinâmico”.</p> <p><u>Suitability ANBIMA</u>: Fundo Multimercado (complexo), investidor perfil 3</p>
Objetivo/estratégia	Investimento em cotas de fundos, indicados no regulamento, que investem em Imóveis ou direitos creditórios	Investimento em Ativos <i>Distressed</i>
Público-alvo	Investidores profissionais	Investidores profissionais
Carência e prazo	6 anos	6 anos
Tributação¹	Vide regulamento ²	Vide regulamento ³
Canais de atendimento	Vide regulamento ²	Vide regulamento ³

¹ Informações do respectivo regulamento correspondem à respectiva data-base. Tributação atualizada a ser obtida com respectivos assessores jurídicos. Vide página 58.

² Disponível em: <https://www.modaldtvm.com.br/wp-content/uploads/2018/04/2017.12.27-Regulamento-FIM-Consolidador.pdf>

³ Disponível em: https://www.modaldtvm.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Regulamento-CSHG-Allocation-II-13.Dez._2017-1.pdf

Aviso Legal



Este material é meramente informativo, não considera objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades individuais e particulares e não contém todas as informações que um investidor em potencial deve considerar ou analisar antes de investir. Não deve ser entendido como análise de valor mobiliário, material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro ou investimento e não configura sugestão ou consultoria jurídica. Recomendamos ao cliente que consulte profissionais especializados antes de decidir sobre investimentos em ativos mobiliários. A Credit Suisse Hedging-Griffo ("CSHG") não se responsabiliza por decisões do cliente acerca deste tema, nem por ato ou fato de profissionais especializados por ele consultados. A CSHG poderá estabelecer a seu exclusivo critério requisitos e procedimentos específicos para abertura de contas e acesso a produtos. Fundos de investimento não contam com a Garantia do Administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento ou do formulário de informações complementares antes de aplicar seus recursos. Para fundos que perseguem a manutenção de uma carteira de longo prazo, não há garantia de que o fundo terá tratamento tributário para fundos de longo prazo. As rentabilidades divulgadas são líquidas de taxas de administração e de performance e brutas de impostos. Caso o índice comparativo de rentabilidade utilizado neste material não seja o benchmark descrito no regulamento do fundo, considere tal índice meramente como referência econômica. Verifique se os fundos utilizam estratégia com derivativos como parte integrante de suas políticas de investimento. Tais estratégias podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir os prejuízos dos fundos. Verifique se os fundos estão autorizados a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior. Verifique se os fundos investem em crédito privado. Tais fundos podem estar sujeitos a risco de perda substancial do patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes da sua carteira. Os fundos apresentados podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, variação cambial e outros riscos não mencionados neste material. O investimento em determinados ativos financeiros pode sujeitar o investidor a significativas perdas patrimoniais. Ao investidor cabe a responsabilidade de se informar sobre eventuais riscos previamente à tomada de decisão sobre investimentos. Este material não deve substituir o julgamento independente dos investidores. Verifique a data de início das atividades dos fundos. Para avaliar a performance de fundos de investimento, é recomendável uma análise de, no mínimo, 12 meses. Desde 2 de maio de 2008, todos os fundos de investimento que utilizam ativos de renda variável em suas carteiras deixaram de apurar sua rentabilidade com base na cotação média das ações e passaram a fazê-lo com base na cotação diária de fechamento desses ativos. Verifique se a liquidação financeira e a conversão dos pedidos de resgate deste Fundo podem ocorrer em outra data diferente daquela em que foi feito o respectivo pedido.

Aviso Legal



Este material apresenta conclusões, opiniões, portfólios hipotéticos, sugestões de alocação e projeções de retorno feitas sob determinadas premissas. Ainda que a CSHG acredite que essas premissas sejam razoáveis e factíveis, não pode assegurar que sejam precisas ou válidas em condições de mercado no futuro ou, ainda, que todos os fatores relevantes tenham sido considerados na determinação dessas conclusões, opiniões, sugestões, projeções e hipóteses. As conclusões, opiniões, sugestões de alocação, projeções e hipóteses são baseadas nas condições de mercado e em cenários correntes e passados que podem variar significativamente no futuro. Projeções não significam retornos futuros. Os resultados reais de um portfólio ou sugestão de alocação equivalentes aos apresentados podem divergir dos resultados indicativos daqueles aqui descritos. O objetivo de investimento, as conclusões, opiniões, sugestões de alocação, projeções e hipóteses apresentadas são uma mera estimativa e não constituem garantia ou promessa de rentabilidade e resultado ou de isenção de risco pela CSHG. Os dados acima constituem uma estimativa e não asseguram ou sugerem a existência de garantia de resultados ou isenção de risco para o investidor (conforme Cap. V, Seção I, Art. 40, § 2º, CVM 555/14). Eventuais mudanças nas premissas, análises, estimativas, cenários, conclusões e projeções podem impactar ou modificar o conteúdo deste material. As análises aqui apresentadas não pretendem conter todas as informações relevantes que um investidor deve considerar e, dessa forma, representam apenas uma visão limitada do mercado. As informações, conclusões e análises apresentadas podem sofrer alteração a qualquer momento e sem aviso prévio e podem ser diferentes ou contrárias àquelas apresentadas por outras áreas, colaboradores ou empresas do grupo. A CSHG não está obrigada a divulgar tais materiais diversos. Alguns produtos e ativos mencionados podem não estar disponíveis ou cotados nos preços esperados ou projetados no momento da contratação ou do investimento pelo investidor. A CSHG não garante a disponibilidade, liquidação da operação, liquidez, pagamento de juros, remuneração, retorno ou preço dos produtos ativos mencionados neste material. A CSHG não garante a veracidade e integridade das informações e dos dados, tampouco que estejam livres de erros ou omissões. As informações se referem às datas mencionadas, podem sofrer alteração a qualquer momento e não serão atualizadas. Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído, total ou parcialmente, sem a expressa concordância da CSHG.